# Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade



# **Textos para Discussão**

O combate à pobreza em perspectiva crítica: o desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil

Prof<sup>a</sup>.Dra. Cristina Fróes de Borja Reis Beatriz Ferreira Schettini Prof<sup>a</sup>.Dra.Fernanda Graziella Cardoso Prof.Dr.Vitor Eduardo Schincariol Textos para Discussão é uma publicação do Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da Universidade Federal do ABC.

Contato: needds@ufabc.edu.br

ISSN: 2525-4405

Comitê editorial: Arilson da Silva Favareto, Cristina Fróes de Borja Reis, Fernanda Graziella Cardoso, Giorgio Romano Schutte, Klaus Frey, Thiago Fonseca Morello Ramalho da Silva.

Autores: Cristina Fróes de Borja Reis, Beatriz Ferreira Schettini, Fernanda Graziella Cardoso,

Edição: 001/2017

Vitor Eduardo Schincariol.

O combate à pobreza em perspectiva crítica: o desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil

Cristina Fróes de Borja Reis Beatriz Ferreira Schettini Fernanda Graziella Cardoso Vitor Eduardo Schincariol

#### Resumo

O objetivo inicial deste artigo é avaliar os resultados da primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ao nível federal, regional e estadual no Brasil. Os ODM foram acordados na Cúpula do Milênio, em Nova Iorque, em 2000, sendo que o primeiro deles é a erradicação da pobreza extrema e da fome. Todos os objetivos contam com metas temporais para cada país, sendo 2015 um ano particularmente importante no horizonte temporal da iniciativa. O segundo objetivo do artigo é examinar o papel das políticas públicas a respeito dos resultados do primeiro ODM, analisando-se a contribuição dos programas sociais e políticas econômicas do país entre 2002 e 2015. As políticas econômicas foram incorporadas na análise, uma vez que – conforme discussão teórica a ser realizada no trabalho - parte-se do ponto de vista estruturalista e keynesiano de crescimento. Complementando a abordagem das capacitações de Amartya Sen, o aporte teórico dos ODM, a visão do artigo procura compreender a dinâmica do desenvolvimento e da distribuição de renda para captar as causas da pobreza e formas de erradicação das mesmas, não considerando simplesmente que as privações humanas, uma vez tratadas como desigualdades de oportunidades, implicariam no funcionamento imperfeito da meritocracia.

**Palavras-chave:** pobreza, desenvolvimento econômico, distribuição de renda, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Organização das Nações Unidas.

#### Introdução

A discussão sobre distribuição de renda recrudesceu após o fracasso das reformas neoliberais implementadas nos anos noventa nos chamados países em desenvolvimento. O debate passou a se concentrar em redução da pobreza, sobretudo quando da sua adoção no discurso oficial das Nações Unidas, através da proposição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Concordados na Cúpula do Milênio, em Nova Iorque, em 2000, os objetivos são: 1. Erradicação da pobreza extrema e da fome; 2. Universalização do acesso à educação primária; 3. Promoção da igualdade entre os gêneros; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combate a AIDS, malária e outras doenças; 7. Promoção da sustentabilidade ambiental e 8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

A abordagem teórica por detrás da elaboração dos ODM é a da capacitação humana, inspirada na teoria do renomado pensador Amartya Sen. O autor define capacitação como "a liberdade para atingir vários estilos de vida" (2000, p. 75), sendo a pobreza exatamente uma das principais causas de privação dessa capacidade. É verdade que o pobre pode sair de sua condição a partir da capacitação humana e da "igualdade de oportunidades", contudo esta abordagem de desenvolvimento baseado na meritocracia e no empreendedorismo individual tenderia a desprender o homem do contexto social complexo em que está inserido. É como se, no limite, o método de Sen investigasse o pobre ao invés da pobreza. Combinada à expansão das capacidades, há a necessidade de transformação da estrutura produtiva e das relações sociais de produção para haver redistribuição da riqueza (e da propriedade). Ademais, conforme ressalta o próprio Sen, é fundamental que esse processo de transformação conte ainda com outro fator, a democracia, que potencializaria o exercício da condição de agente transformador do próprio ambiente em que atua.

Essa discussão é necessária quando se examina o papel das políticas públicas no desempenho do Brasil em relação aos Objetivos do Milênio. Neste artigo, como escopo inicial, serão avaliados os resultados com relação aos primeiro ODM ao nível federal e estadual, com especial interesse em relação ao primeiro. Em termos nacionais, desde 2003, 36 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza extrema, sendo 22 milhões somente desde 2011, segundo a FAO (*Food and Agriculture Organization*, 2016). A FAO também analisa que o Brasil atingiu tanto o objetivo de reduzir pela metade o percentual relativo da população em estado de fome, quanto o de reduzir o número absoluto. Mas quais teriam sido as políticas públicas favoráveis a essas conquistas? Essa análise também é do escopo desse artigo.

Além da introdução situando a construção do conceito de desenvolvimento e seus problemas, o artigo contará com três seções, mais as conclusões. Na primeira, apresentam-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, contrapondo metas e resultados até 2015. A segunda seção traz a apresentação e a crítica da conceituação teórica dos ODM, contrapondo assim a abordagem das capacitações de Amartya Sen à visão estruturalista pelo lado da demanda sobre desenvolvimento e distribuição de renda. Na terceira, será analisado o papel das políticas econômicas e dos programas sociais na consecução dos resultados de ODM conquistados, sugerindo, como conclusão, aquelas que deveriam permanecer para se promover erradicação da pobreza e da fome e, ainda, redistribuição de renda no país.

### 1. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a redução da pobreza no Brasil

#### 1.1. O conceito de desenvolvimento nos ODM ao longo da história da ONU

A fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945, pautou-se nos valores principais de igualdade, liberdade, solidariedade, tolerância, sustentabilidade e responsabilidade compartilhada das ações que buscam o desenvolvimento, assegurados na Carta das Nações - criada pelos representantes de 50 países presentes na Conferência sobre Organização Internacional, em São Francisco, em 26 de junho de 1945. 1 Entretanto, o surgimento da ONU se deu oficialmente em 24 de outubro do mesmo ano, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. A instituição trabalha teoricamente sob a premissa de que a paz e a segurança só serão benefícios presentes e perpetuados na vida da população mundial quando o desenvolvimento econômico e o bem-estar social forem garantidos em todos os lugares do mundo (ONU). Assim, segundo a própria organização, por constituir-se no centro global para construção de consensos, cabe-lhe definir prioridades e metas que delimitam ações de cooperação global, com a finalidade de promover o desenvolvimento e uma economia global mais justa.

A ONU constituiu-se na arena internacional onde o conceito de assistência ao desenvolvimento moderno foi moldado e operacionalizado pelas suas agências e programas (ODÉN, 2010). No contexto da Guerra Fria, nasceram as primeiras ideias e normas da organização. De modo que a agenda de desenvolvimento foi distribuída pelas agências

comuns" (ONU).

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Os propósitos da carta das Nações eram: "Manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; tomar medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos

especializadas criadas, então, para atuarem como plataformas de discussões normativas e em suas respectivas áreas aplicadas, como por exemplo, UNESCO (educação, ciência e cultura), FAO (alimentação e agricultura), PNUMA (meio-ambiente); UNICEF (direitos humanos para crianças e adolescentes). Aos poucos essas instituições evoluíram e se tornaram cada vez mais operacionais, em parte associadas aos programas e fundos específicos criados ao longo dos anos. Esse conjunto de ações se transformou em uma enorme indústria de cooperação para o desenvolvimento, com mais de 250 agências nacionais e internacionais e centenas de organizações da sociedade civil (ODÉN, 2010, p. 273).

Sempre houve um conflito de interesses relacionado às pesquisas de desenvolvimento, uma vez que eram financiadas e até condicionadas pelos países mais desenvolvidos, de acordo com Odeon. Assim, ao mesmo tempo em que os países-membros doadores afirmavam que as agências da ONU deveriam atuar como instituição normativa, provinham financiamento condicionado à finalidades por eles impostas. Inicialmente os EUA eram os provedores de fundos dominante, já que o governo considerava isso um instrumento de política externa estratégico. Na administração do presidente Kennedy, sugeriu-se que a década de 1960 fosse declarada internacionalmente com a "Década do Desenvolvimento", ressaltando a necessidade de uma perspectiva de longo prazo e tomando a devida cautela para que os programas da ONU não afetassem negativamente os programas bilaterais de Washington.<sup>2</sup> Desta década em seguida, a ONU lançou estratégias globais e metas para o desenvolvimento, discutidas sucessivamente em conferências internacionais ou reuniões de cúpula até se organizarem declarações com metas ambiciosas para o desenvolvimento.

Afinal, a Cúpula do Milênio na sede na ONU em Nova York em 2000 procurou estabelecer um compromisso internacional para o desenvolvimento que se tornasse instrumento para a mobilização internacional em busca dos objetivos vitais que surgiram nas conferências mundiais dos anos noventa: a Declaração do Milênio (STOKKE, 2009). De acordo com Rezende (2007) havia representantes de 189 países-membros na cúpula, que debateram sobre desenvolvimento a partir do documento assinado por Kofi Annan, então secretário geral da ONU, chamado *Nós, os povos, o papel das Nações Unidas no século XXI*.

As discussões perpassaram temas como violação dos direitos humanos, guerras, degradação ambiental, má distribuição de renda, fome, saúde, violência, entre outros, e

Affairs – ODA (ODÉN, 2010, p. 277).

.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O autor ressalta que os cargos de liderança da ONU foram sendo distribuídos dentro da ONU como reflexo das relações de poder globais. Na década de 1970 a ONU, em particular a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) se tornou o principal espaço para demandas dos países em desenvolvimento. Porém, a partir do final da década de 1970, os EUA tiveram sua influência sobre as políticas de desenvolvimento da ONU reduzidas, pelo menor financiamento relativo e um declínio progressivo da sua quota no Office for Disarmament

culminaram na formulação da Declaração do Milênio, documento que serviu como embasamento para a criação dos oito ODMs, destacados no quadro 1 com suas respectivas metas principais. Ainda segundo o autor, tais objetivos foram elaborados a partir da consolidação das metas<sup>3</sup> da Declaração do Milênio, assim definidas:

As metas dos Objetivos do Milênio foram definidas com base nos progressos mundiais verificados nos 25 anos que precederam 1990 (ano base usado no cálculo das metas) e que, portanto, os ODMs buscam essencialmente que o mundo mantenha até 2015 o ritmo dos avanços das décadas de 1970 e 1980. "As metas quantitativas foram feitas com base nas tendências globais, e não com base na tendência histórica de uma região em particular ou de um país específico" (VANDEMOORTELE, 2007, apud Rezende, 2007, p. 175).

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio da ONU

Objetivo	Metas principais								
1. Erradicação da pobreza	Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população com renda								
extrema e da fome	abaixo da linha da pobreza.								
	Reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população que sofre de								
	fome.								
2. Universalização do acesso à	Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem o ensino								
educação primária	fundamental.								
3. Promoção da igualdade entre	Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio								
os gêneros	até 2015								
4. Redução da mortalidade	Reduzir em 2/3, até 2015, a mortalidade infantil de crianças menores								
infantil	de 5 anos.								
5. Melhorar a saúde materna	Reduzir em 3/4, até 2015, a taxa de mortalidade materna.								
6. Combate a AIDS, malária e	Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do								
outras doenças	HIV/AIDS, da malária e de outras doenças.								
7. Promoção da sustentabilidade	Integrar princípios do desenvolvimento sustentável nas								
ambiental	políticas/programas nacionais e reverter perda de recursos ambientais.								
8. Estabelecer Parceria Mundial	Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro								
para o Desenvolvimento aberto, previsível e não discriminatório.									

Fonte: ONU, 2015.

paz e à segurança internacionais, devem ser partilhadas entre as nações do mundo e serem exercidas multilateralmente. Como a mais universal e mais representativa do mundo, as Nações Unidas devem

desempenhar um papel central" (Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2010).

<sup>3</sup> Os valores fundamentais na Declaração do Milênio das Nações Unidas são: 1.Liberdade: Homens e mulheres têm o direito de viver suas vidas e criar seus filhos com dignidade, livres da fome e do medo da violência, da

opressão e da injustiça. Governança democrática e participativa baseada na vontade do povo garantem melhor esses direitos. 2. Igualdade: A oportunidade de se beneficiar do desenvolvimento não deve ser negada a nenhum indivíduo ou nação. A igualdade de direitos e oportunidades de homens e mulheres deve ser assegurada. 3. Solidariedade: Os desafios globais devem ser geridos de uma forma que distribua os custos e responsabilidades justamente de acordo com os princípios básicos de equidade e justiça social. Aqueles que sofrem ou que se beneficiam menos merecem a ajuda dos que beneficiam mais. 4. Tolerância: Os seres humanos devem respeitar uns aos outros, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e línguas. Diferenças entre sociedades não devem ser temidas nem reprimidas, mas acarinhadas como ativos preciosos da humanidade. Uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações deve ser promovida ativamente. 5. O respeito pela natureza. Prudência deve ser mostrada na administração de todas as espécies vivas e recursos naturais, de acordo com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Só deste modo as riquezas imensuráveis dadas a nós pela natureza podem ser preservadas e passadas aos nossos descendentes. Os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo devem ser mudados pelo interesse do nosso bem-estar futuro e de nossos descendentes. 6. Responsabilidade partilhada: A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento econômico e social a nível mundial, bem como as ameaças à

Conforme esclarece Alkire (2010) até mesmo no site da Organização das Nações Unidas dedicado aos ODM não se relata integralmente a história contida na criação das metas. Porém, sua origem vem dos Relatórios de Desenvolvimento Humano dos anos noventa, para reportar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado por Mahbub ul Haq com a colaboração de Amartya Sen, <sup>4</sup> pois já no primeiro deles apontava-se a necessidade de definição de "metas globais para o desenvolvimento humano", propondo-lhes quatro critérios:

- 1. O número de metas globais deve ser mantido pequeno para gerar o apoio político e ação política necessários para a sua implementação. A agenda internacional já está lotada, e ter muitos alvos podem difundir a atenção política.
- 2. As implicações em termos de recursos humanos e financeiros deve ser trabalhadas em minúcias, país por país, antes de fixar quaisquer metas globais para garantir que as metas são realistas.
- 3. Diferentes alvos devem ser fixados para diferentes grupos de países, dependendo de seu estado atual de desenvolvimento humano e taxas passadas de progresso.
- 4. As estratégias nacionais para o desenvolvimento humano devem construir o planejamento nacional e a definição de metas globais, pois sem planos de desenvolvimento nacional as metas globais não têm nenhum significado. (ALKIRE, 2010, p. 49).

Assim, conceitualmente os ODM são uma articulação quantitativa específica de algumas prioridades fundamentais do desenvolvimento humano, mas claramente não são exaustivas; outros aspectos do desenvolvimento humano - incluindo os presentes na Declaração do Milênio em si - podem ser de prioridade questionável em um determinado contexto (ALKIRE, 2010, p. 51). Portanto, de acordo a proposta das Nações Unidas, é importante considerar que os objetivos precisam ser adaptados para diferentes realidades, pois foram elaborados com base em uma realidade global, não considerando características regionais específicas. As metas não específicam o plano de ação a ser tomado por cada país; sendo assim, cada um deverá agir de acordo com sua realidade, definindo suas políticas e ações de acordo com os progressos já atingidos e os que ainda precisam ser realizados. Não há um consenso ou definição sobre o que seja um planejamento adequado para que ao objetivos sejam alcançados, mas, segundo a ONU, "eles devem ser pautados por ambição, rigor, abrangência (buscar atingir todos e não somente um ou alguns dos ODMs), propriedade, financiamento e monitoramento" (ONU, 2015).

Os ODMs fornecem, afinal, uma plataforma explícita para a ação política e social voltadas para objetivos comuns, inspirados na teoria de Sen sobre a necessidade de uma ação por parte do Estado, dos grupos da sociedade civil, dos movimentos sociais, do setor privado, dos filantropos e os cidadãos em geral com a finalidade de enfrentar a privação generalizada.

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Desde 1990 o PNUD introduzira universalmente o conceito de Desenvolvimento Humano, partindo do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação (PNUD).

Dessa forma, os objetivos foram defendidos com a finalidade de serem prioridades realistas e viáveis, em vez de utopias de longo prazo - correspondendo conceitualmente à aplicação de desenvolvimento humano para um contexto internacional, tal qual sustenta Alkire (2010).

#### 1.2. Resultados dos ODM no mundo

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos para os ODMs de acordo com o os dados disponíveis no site da instituição e com o último relatório divulgado pelas Nações Unidas (resumidos no quadro 2). Em seguida serão esmiuçados os resultados do objetivo 1, acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Começando pelos resultados mundiais do ODM 1, redução da pobreza extrema e da fome, segundo o relatório, a pobreza extrema diminuiu significativamente ao longo das últimas duas décadas: a população do mundo que vivia com menos de US\$ 1,25 por dia caiu de 47% em 1990 para 14% em 2015; em números absolutos, a quantidade de pessoas que viviam em extrema pobreza no mundo caiu de 1,9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015. A maior queda aconteceu na China, que reduziu em 94%, sendo que em 1990 61% estava na extrema pobreza, em 2015 apenas 4%. E a proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, passando de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016, em bora em números absolutos a redução tenha sido de quase 1 bilhão de pessoas para 780 milhões. Portanto, esses objetivos foram praticamente cumpridos. No entanto, a meta de atingir pleno emprego produtivo e melhorar condições de trabalho não evoluiu, ao contrário, regrediu. Assim, a quantidade de pessoas empregadas na população mundial se reduziu de 62% para 60%. As oportunidades de emprego retraíram principalmente na Ásia do Sul e do Leste, e ainda há muita disparidade na empregabilidade de mulheres e de jovens no mundo todo.

Sobre o ODM 2, universalização do acesso à educação primária, nas regiões em desenvolvimento a taxa líquida de matrícula na escola primária atingiu 91% em 2015, passando os 83% registrados em 2000. O número de crianças fora da escola em idade escolar em todo o mundo caiu quase pela metade, para cerca de 57 milhões em 2015, comparados aos 100 milhões em 2000. A taxa de alfabetização de jovens entre 15 e 24 anos cresceu de 83 % em 1990 para 91% na estimativa de 2015, sendo que entre homens seria de 93% e entre

2016 (ONU, 2015)

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Além disso, o número de trabalhadores da classe média – que vivem com mais de US\$ 4 por dia – quase triplicou entre 1991 e 2015. Este grupo agora compõe a metade do força de trabalho nas regiões em desenvolvimento, contra apenas 18% em 1991. E a proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, passando de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-

mulheres 90%. A África Subsaariana teve o melhor registo de melhoria no ensino primário de qualquer região desde que os ODMs foram estabelecidos. A região alcançou aumento de 20% na taxa de escolarização dos anos 2000 para 2015, comparado a um ganho de 8% entre 1990 e 2000 (Figura 4). A taxa de alfabetização entre os jovens de 15 a 24 anos aumentou globalmente de 83% para 91% de 1990 a 2015. Entretanto, o ODM 2 para 2015 era garantir que nenhuma criança em idade escolar não estivesse recebendo educação, o que não foi atingido.

Sobre promoção da igualdade entre os gêneros, ODM 3, é medido inicialmente pela disparidade de gênero em educação primária, secundária e terciária. Segundo o relatório da ONU, essa igualdade foi atingida – ainda que com disparidades. No sul da Ásia, de maior peso na média total, em 1990 apenas 74 meninas foram matriculadas na escola primária para cada 100 meninos. Hoje, 103 meninas estão matriculadas para cada 100 meninos. Já na África subsaariana esse indicador ainda aponta muita disparidade. Uma outra medida é a participação de mulheres no mercado de trabalho. Segundo a ONU, as mulheres constituem agora 41% dos trabalhadores pagos fora do setor agrícola, um aumento de 35% em relação a 1990. Entre os anos 1991 e 2015, a proporção de mulheres em empregos vulneráveis, como um percentual do emprego feminino total, diminuiu 13%. Em contraste com o mesmo indicador para os homens, que caiu 9%. E ainda, as mulheres ganharam espaço na representação parlamentar em quase 90% dos 174 países com dados ao longo dos últimos 20 anos. A proporção média de mulheres no parlamento quase dobrou no mesmo período. No entanto, apenas um em cada cinco membros é mulher.

Quanto à redução da mortalidade infantil, ODM 4, a taxa de mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos de idade diminuiu em mais da metade, passando de 90 a 43 mortes por 1.000 nascidos vivos entre 1990 e 2015 – a meta era cair para 30. Apesar do crescimento populacional nas regiões em desenvolvimento, o número de mortes de crianças menores de cinco anos diminuiu globalmente de 12,7 milhões em 1990 para quase 6 milhões em 2015. Como aponta ONU (2015), ainda assim diariamente em 2015 morreram 16mil crianças com menos de cinco anos, na maioria dos casos por doenças tratáveis. Na África subsaariana, a taxa anual de redução da mortalidade infantil foi cinco vezes mais rápida durante 2005-2013 do que era durante 1990-1995. A vacinação contra o sarampo ajudou a evitar cerca de 15,6 milhões de mortes entre 2000 e 2013. O número de casos de sarampo relatados globalmente diminuiu 67% no mesmo período. Cerca de 84% das crianças em todo o mundo receberam pelo menos uma dose de vacina contra o sarampo em 2013, comparado a 73% em 2000.

Sobre o ODM 5, melhorar a saúde materna, desde 1990 a mortalidade materna diminuiu em 45% mundialmente, e a maior parte da redução ocorreu desde 2000 – a meta era reduzir 75%. No Sul da Ásia, a taxa de mortalidade materna diminuiu 64% entre 1990 e 2013, e na África subsaariana caiu 49%. Globalmente, mais de 71% dos partos foram assistidos por profissionais da saúde em 2014, um aumento de 12% se comparado a 1990. Na África do Norte, a proporção de mulheres grávidas que receberam quatro ou mais consultas pré-natais aumentou de 50% para 89% entre 1990 e 2014. O predomínio do uso de métodos contraceptivos entre as mulheres com idades entre 15 e 49 anos, casados ou em relacionamento, aumentou de 55% em 1990 em todo o mundo para 64% em 2015. A parcela de mulheres grávidas que recebeu atendimento neonatal aumentou somente de 35% para 53% entre 1990 e 2014. Assim a meta de acesso universal à saúde reprodutiva não foi atingida.

Em termos de combate à AIDS, malária e outras doenças infecciosas, ODM 6, houve avanços. O número de novas infecções por HIV caiu cerca de 40% entre 2000 e 2013, de uma estimativa de 3,5 milhões de casos para 2,1 milhões, o objetivo era frear e até reverter o contágio. Em junho de 2014, 13,6 milhões de pessoas que viviam com HIV estavam recebendo o tratamento antirretroviral a nível mundial, um grande aumento comparado aos 800 mil em 2003. O tratamento antirretroviral evitou 7,6 milhões de mortes por AIDS entre 1995 e 2013. Porém, o tratamento ainda está longe de ser acessado por todos os contaminados pelo HIV. Quanto à malária, a incidência em população sob risco caiu de 147 a cada 1000 pessoas para 92 entre 2000 e 2015, sendo que a mortalidade foi de 48 para 20. Assim, mais de 6,2 milhões de mortes por malária foram evitadas entre 2000 e 2015, principalmente de crianças menores de cinco anos de idade na África subsaariana. Mais de 900 milhões de redes para mosquitos tratadas com inseticida foram entregues na África subsaariana entre 2004 e 2014.

Aumentar a sustentabilidade ambiental, ODM 7, teve como metas a) diminuir as perdas ambientais, b) aumentar acesso à água e à rede sanitária, c) melhorar significativamente a vida dos residentes de favelas. Quanto à meta a), os indicadores apontam vitórias e derrotas. As substâncias que destroem a camada de ozônio foram virtualmente eliminadas desde 1990, de modo que a camada de ozônio deve se recuperar em meados deste século – sucesso nessa meta. Porém a emissão de dióxido de carbono aumentou em 50% no mesmo período. Embora ainda existam milhões de pessoas sem água potável e sem rede sanitária, em 2015, 91% da população mundial está usando melhores fontes de água potável, em comparação com 76% em 1990. E as redes sanitárias passaram a cobrir 68% da população,

sendo anteriormente 54%, o que significa que nestes 25 anos novas 2,1 bilhões de pessoas tiveram acesso a melhores condições de saneamento em todo o mundo.

Com relação ao último objetivo, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento – ODM 8, de acordo com as Nações Unidas (2015), existem ao menos 6 metas. A primeira é desenvolver um sistema de comércio e finanças aberto e não discriminatório. Nesse sentido, observou-se um aumento das importações dos países desenvolvidos com origem em países em desenvolvimento, de 54% em 1996 para 78% em 2014, sendo mais de quatro quintos livre de tarifas. As metas b) e c) são atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (LDC), sem saída para o mar e ilhas pequenas em desenvolvimento. Para tanto, a assistência oficial ao desenvolvimento dos países desenvolvidos da OECD aumentou em 66% em termos reais, entre 2000 e 2014, chegando a \$135,2 bilhões. Já a meta d), de lidar com razoabilidade em relação às dívidas de países em desenvolvimento, apresenta como indicador a queda da relação entre o pagamento de serviços da dívida externa e as receitas de exportações, que caiu de uma média de 12% em 2000 para 3,1% em 2013, embora a razão deva aumentar nos anos seguintes. Para a meta e) de prover acesso à drogas essenciais nos países em desenvolvimento em cooperação com empresas farmacêuticas não se registraram indicadores precisos. Finalmente, a meta f) Uma das metas desse objetivo é tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente de informação e comunicações. Dessa forma, em parceria com o setor privado, a partir de 2015, 95% da população mundial está coberta por sinais de celular móvel. O número de assinaturas de serviços de celulares móveis cresceu quase dez vezes nos últimos 15 anos, de 738 milhões em 2000 para mais de 7 bilhões em 2015. A penetração da Internet cresceu de pouco mais de 6% da população mundial em 2000 para 43% em 2015. Como resultado, 3,2 bilhões de pessoas estão ligadas a uma rede de conteúdos e aplicações mundial. E a cobertura da telefonia celular chega a 95% da população do planeta. Porém, nos dois indicadores, as disparidades regionais são enormes, em prejuízo dos LDC.

Quadro 2 – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, metas e resultados 1990 e 2015.

	Objetivos e metas	1990	2015
ODM 1 - Erradicação	Reduzir pela metade a parcela da população	47% (1,926 bi)	14% (836 milhões)
da pobreza extrema e	mundial com renda inferior a \$1 (PPP) por dia		
da fome	Atingir pleno emprego produtivo e trabalho decente	62% da população	60% da população
	para todos, incluindo mulheres e jovens.	mundial empregada	mundial empregada
	Reduzir pela metade a parcela da população com	23,3% (991 milhões)	12,9% (780 milhões)
	fome		
ODM 2 -	Assegurar que as crianças completarão educação	83% (2000)	90%
Universalização do	primária		
acesso à educação	.Número global de crianças fora da escola com	100 milhões (2000)	57 milhões

primária	idade de ensino primário							
ODM 3 - promoção	Relação de matrícula na educação primária e		atingida					
da igualdade entre os	secundária igualitária		C					
gêneros								
ODM 4 - Redução da	Reduzir mais de dois terços o número global de	12,7 milhões	6 milhões					
mortalidade infantil	mortes de crianças menores de cinco anos	,	(-53%)					
ODM 5 - Melhorar a	Número global de mortalidade materna (mortes em	380	210					
saúde materna	cada 100mil nascimentos)		(-43%)					
	Acesso universal a saúde reprodutiva (grávidas com	35%	52% (2014)					
	atendimento neonatal)							
ODM 6 - Combate a	Parar e até reverter o contágio de HIV/ AIDS	3,5 milhões ao ano de	2.1:11-2 (2014)					
AIDS, malária e		novas infecções (2000)	2,1 milhões (2014)					
outras doenças	Atingir acesso universal a tratamento anti- AIDS/HIV	0,8 milhões (2003)	13,6 (milhões)					
	Parar e reverter a incidência de malária e outras	147 casos a cada 1000	92 casos a cada 1000					
	doenças	em populações sob	(2015 est.)					
		risco (2000)						
ODM 7 - Promoção	Integrar os princípios de desenvolvimento sustentáve	l às políticas e programas d	os países e reverter					
da sustentabilidade	perdas ambientais	1 1 0	•					
ambiental	.Percentual de eliminação de substâncias que		98% de 1990 a 2015					
	destroem a camada de ozônio							
	.Emissões de CO <sub>2</sub>	33,0 (+50%)						
	Reduzir significativamente até 2010 a taxa de perda d	la biodiversidade						
	.áreas terrestres protegidas	8,7%	15,4%					
	Reduzir pela metade a parcela da população sem água	a potável e sem acesso à rede sanitária						
	.População mundial com acesso a água potável	76%	91%					
	. População mundial com acesso à rede sanitária	54%	68%					
	Melhorar a vida significativamente de ao menos 100							
	.População vivendo em favelas	39% (2000)	30% (2014)					
ODM 8 - Estabelecer	Desenvolver um sistema de comércio e finanças aber	to e não discriminatório						
uma Parceria	.Importações dos países desenvolvidos com origem	54% (1996)	78% (2014)					
Mundial para o	em desenvolvimento							
Desenvolvimento	Atender às necessidades especiais dos países menos o	desenvolvidos (LDC), sem	saída para o mar e ilhas					
	pequenas em des	senvolvimento						
	.Assistência oficial ao desenvolvimento	81 bilhões	135 bilhões					
	Lidar com razoabilidade em relação às dívidas de paí	ses em desenvolvimento						
	.Pagamento do serviço da dívida externa em relação	12% (2000)	3,1% (2013)					
	à receita das exportações							
	Prover acesso à drogas essenciais nos países em		SEM DADOS					
	desenvolvimento em cooperação com empresas							
	farmacêuticas							
	Em cooperação com o setor privado, disponibilizar no	ovas tecnologias, especialm	nente de informação e					
	comunicação							
	.Penetração da internet mundial	6%	43%					
	.Cobertura de sinal de telefonia celular		95%					
Fonta: The	Millenium Development Goals Report 2015, ONU.							

Fonte: The Millenium Development Goals Report 2015, ONU.

### 1.3. Resultados dos ODM no Brasil

O Brasil é um dos países que dedicou compromisso aos objetivos de desenvolvimento do milênio, que contam com um portal oficial no Governo de acompanhamento,  $^6$ 

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> "Portal ODM apresenta a situação dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de todos os estados e municípios brasileiros. Disponível desde 2009, ele permite verificar os avanços alcançados de maneira rápida e fácil compreensão. Basta consultar os Relatórios Dinâmicos, as informações são atualizadas em

administrado pelo Observatório de Indicadores de Desenvolvimento - SESI Paraná, um projeto em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria Geral da Presidência da República e vários outros parceiros. Relacionando as informações desse portal com as do banco de dados global fornecido pela ONU, infere-se que até 2015 o Brasil conseguiu cumprir parte dos objetivos e metas.

Em especial, o ODM 1 foi mais do que atingido. De 1990 a 2012 a parcela da população em extrema pobreza reduziu não somente pela metade, mas 77%: de 16,2% da população para 3,75%, alcançando patamar inferior ao da média da América Latina e Caribe (4,6%). A fome também caiu para menos da metade, passando de 14,8% em 1991 para abaixo de 5% da população em 2015. No relatório de 2015 não há dados de matrícula escolar, o que impede de entender andamento do ODM 2 e de parte do 3. Sobre questões de gênero, houve progresso em termos quantitativos do percentual de mulheres na força de trabalho, que passou de 40% para 47,4% do total de 1990 a 2013, embora ainda haja diferença nas remunerações (como é sabido) e grande disparidade de representatividade política. Nas questões de saúde, ODM 4, 5 e 6, atingiram-se as metas de redução em dois terços da mortalidade infantil, acesso maior a métodos contraceptivos e frear e reverter HIV e AIDS. A redução da mortalidade materna foi de 43%, mas a meta era de 75%. Sobre assegurar melhorias em termos socioambientais, de forma geral os objetivos foram cumpridos, com mais acesso à agua potável, à rede sanitária, retração da população vivendo em favelas. Ao mesmo tempo, o Brasil permanece sendo um país com grande cobertura de florestas – ainda que ela tenha se reduzido ao longo do tempo devido à exploração predatória para venda da madeira e criação de gado. Quanto ao objetivo de parceria para o desenvolvimento, cuja meta é somente relativo aos usuários de internet, o acesso passou de inexistente em 1990 para quase 60% da população em 2013, o que é considerado alto na comparação internacional.

Tabela 1: Objetivos, metas, indicadores e resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil e América Latina, de 1990 ao último ano disponível.

Objetivos e metas	Indicadores						Progresso	Am. I	Latina e Caribe
		Valor	ano	Valor	Valor ano		do país	Valor	ano
Objetivo 1: Erradicar ext	rema pobreza e fome								
Reduzir a pobreza extrema	Parcela da população vivendo com	16,2	1990	3,75	2012	-77	baixa pobreza	4,6	2011
pela metade	menos de \$1,25 (PPP) por dia (%)						_		
Reduzir a fome pela metade	Parcela da população vivendo	14,8	1991	<5	2015		fome muito	5,5	2014-2016
	abaixo do nível mínimo de						baixa		
	consumo de dieta energética (%)								

tempo real, de acordo com os dados oficiais e apresentadas em relatórios dinâmicos que incluem números, gráficos e comparativos com as metas. O Portal ODM disponibiliza também o DevInfo, sistema de informações usado pela ONU para monitorar os ODM em todo o mundo e adaptado pelo SESI PR à realidade local, o qual permite construir tabelas, gráficos e mapas, assim como monitorar outros temas" (PORTAL ODM, 2015)

Objetivo 2: Atingir educaç	ão primária universal								
	Matrícula líquida na educação primária (a cada 100 crianças)							93,6	2015
Objetivo 3: Promover igua	ldade de gênero e empoderar mu	lheres							
8	Razão meninas/meninos na							0,98	2015
	educação primária	40.0	1000	45.4	2012	10	1 1	4.4	2012
	Parcela das mulheres no emprego	40,2	1990	47,4	2013	18	parcela alta	44	2013
mulheres no emprego remunerado	assalariado não agrícola								
	parcela de assentos das mulhers no	5,3	1990	9	2015	69	representativi	27,4	2015
1 3	parlamento nacional (%)	5,5	1,,,,		2013	0)	dade muito	27,1	2013
parlamento nacional	F (/ · · )						baixa		
Objetivo 4: Reduzir morta	lidade infantil								
Reduzir mais de dois terços	Mortalidade de crianças com	61,5	1990	13,7	2013	-78	baixa	18	2013
	menos de 5 anos (mortes de	,		,			mortalidade		
	crianças a cada 1000 nascimentos)								
Objetivo 5: Melhorar saúd	le materna								
	Razão de mortalidade materna (a	120	1990	69	2013	-43	baixa	85	2013
	cada 100mil nascimentos)						mortalidade		
Acesso universal à saúde na		76,7	1996	80,3	2006	5	acesso alto à	72,8	2013
	contraceptivos (percentual de						saude na		
	mulheres entre 15 e 49 anos, casadas ou em união, utilizando						reprodução		
	casadas ou em umao, utilizando contraceptivos)								
	Necessidade não atendida de	10,8	1996	6	2006	-44		10,6	2013
	planejamento familiar (percentual	10,0	1,,,0	Ü				10,0	2013
	de mulheres entre 15 e 49 anos,								
	casadas ou em união, com								
	necessidade de planejamento								
	familiar não atendido)								
	IV/AIDS, malária e outras doença	ıs							
Frear e começar a reverter o				0,4	2013	-	baixa	0,03	2013
	(número de novas infectações por						incedência		
	HIV anual a cada 100 pessoas								
	entre 15 e 49 anos) Número de novos casos a cada	84	1990	46	2013	-45	baixa	44	2013
tuberculose	100mil pessoas	0-	1770	70	2013	-43	mortalidade	7-7	2013
	Número de mortes a cada 100mil	5,4	1990	2,2	2013	-59		2,7	2015
	pessoas	- ,		,				, -	
Objetivo 7: Assegurar sust	entabilidade ambiental								
Reverter a perda de	Parcela de área terrestre coberta	69	1990	62,4	2010	-10	alta cobertura	47,4	2010
1	por florestas (%)	- /		, .			de florestas	, , ,	
	Parcela da população com acesso à	88,5	1990	98,1	2015	11	alta cobertura	95	2015
	água potável (%)								
	Parcela da população com acesso à	66,6	1990	82,8	2015	24	cobertura	83	2015
	rede sanitária (%)	267	1000	22.2	2014	20	moderada	20.5	2014
	Parcela da população urbana morando em favelas (%)	36,7	1990	22,3	2014	-39	parcela moderada de	20,5	2014
residentes de laveia	morando em raveias (%)						residentes em		
							favelas		
Objetivo 8: Desenvolver un	ma parceria global pelo desenvolv	imento	)						
	usuários de internet a cada 100	0	1990	57,6	2014	_	alto uso	46,7	2013
	habitantes	U	1790	57,0	2014	-	and uso	70,7	2013
	OC Constant Donor and Constant	. 4. D		NII I	.41			J. 201	_

Fonte: MDG Country Progress Snapshot: Brazil, ONU, atualizado em setembro de 2015.

A despeito do relativo sucesso na maior parte dos indicadores, essas metas estão longe de serem suficientes para se entender as reais condições de desenvolvimento no país, conforme se discute na seção 2 sobre as críticas aos ODM. Mas, antes de passarmos diretamente às críticas, na próxima subseção realiza-se uma análise mais detalhada dos resultados da ODM 1 por estado brasileiro, o que nos permitirá perceber, com mais detalhamento, como se distribuíram os resultados de erradicação da extrema pobreza e da fome entre as diversas regiões do país.

# 1.4. Resultados do ODM 1 por estados brasileiros

A Tabela 2<sup>7</sup> apresenta os resultados do ODM 1 dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, separados por região, a partir das seguintes variáveis:

- 1. parcela da renda apropriada pelos 20% mais pobres, pelos 60% intermediários e pelos 20% mais ricos, indicando o nível de desigualdade na distribuição da renda entre 3 parcelas representativas da população. Sendo a renda um importante meio para a satisfação das diversas necessidades humanas, a análise da sua distribuição importaria para o alcance das metas de redução da pobreza e da fome;
- 2. população entre a linha da indigência e da pobreza e população abaixo da linha de indigência, variáveis que concorreriam diretamente para o alcance da meta 1 de "reduzir pela metade a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza";
- 3. porcentagem de crianças de 0 a 2 anos desnutridas e famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente <sup>8</sup>, variáveis que responderiam diretamente pela meta 2 de "reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome".

Entre 2000 e 2010, no que se refere à região Norte do país, composta por oito estados, a redistribuição de renda em detrimento dos 20% mais ricos constituiu a regra – com exceção de Roraima, em que houve um incremento da parcela detida pelos 20% ricos. Nos casos do Acre, Maranhão e Pará, observou-se uma variação muito pequena ou quase nula na parcela da distribuição da renda dos 20% mais pobres, de modo que o ganho distributivo deu-se em prol

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Por delimitação de escopo e espaço, análise da tabela 2 não será demasiadamente minuciosa – ou seja, abarcando as explicações possíveis para o melhor ou pior desempenho de todos os estados brasileiros. O foco está sobre os resultados mais gerais relativos ao cumprimento das metas de redução de pobreza e fome.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Esse dado está disponível apenas para o ano de 2008.

dos 60% intermediários. Já em termos absolutos, nota-se que, embora tenha havido algum ganho incremental em termos de distribuição no decorrer de uma década, a distribuição de renda ainda é muito desigual: os 20% mais pobres da região detêm em torno de 2% da renda, enquanto os 20% mais ricos detêm em torno de 60% da renda. Quanto ao cumprimento das metas do ODM 1, embora a meta de reduzir pela metade a proporção da população abaixo da linha da pobreza não tenha sido cumprida em 2010, em todos os estados do Norte (à exceção novamente de Roraima, em que não houve modificação em uma das variáveis), observou-se uma redução na proporção da população abaixo da linha de indigência e entre a linha de indigência e da pobreza. A redução mais significativa, entretanto, diz respeito à meta 2: a proporção de crianças de zero a dois anos desnutridas diminuiu significativamente entre 1999 e 2014, ultrapassando de longe a meta de redução pela metade, em todos os estados da região. Chama especialmente a atenção, nesse quesito, o caso do Maranhão, que passou de 19,3% para 1,4%.

No que diz respeito à região Nordeste — que, junto com região Norte, concentram historicamente os piores indicadores de pobreza do país -, composta também por oito estados, a redistribuição de renda em detrimento dos 20% mais ricos igualmente constituiu a regra, e incrementando especialmente a parcela de renda detida pelos 60% intermediários. Os 20% mais pobres do Nordeste, embora marginalmente tenham aumentado a sua parcela de participação da renda, esta ainda se manteve no entorno dos 2%, enquanto que os 20% mais ricos continuaram a concentrar por volta de 65 % da renda — o que indicaria uma desigualdade ainda maior do que na região Norte. A meta de reduzir pela metade a proporção da população abaixo da linha da pobreza não foi totalmente cumprida pelos estados nordestinos no intervalo 2000/2010, porém em todos eles observou-se uma diminuição significativa. No caso da meta relacionada à redução da fome, todos os estados lograram sucesso, passando de porcentagens de crianças de zero a dois anos desnutridas próximas de 15 a 20% para por volta de 1%. Destaca-se especialmente o caso de Alagoas, que passou de 23,7% para 1,5%. Por outro lado, no caso desse mesmo estado, encontra-se o maior número de famílias que considerava sua quantidade de alimentos insuficiente: 18,4% em 2008.

Já a região centro-oeste, que engloba quatro estados, observou-se um incremento na parcela da renda detida pelos 20% mais pobres - e, no geral, de magnitude relativamente mais significativa (embora ainda pequena) do que nos casos do Norte e Nordeste. A exceção é o Distrito Federal em que a mudança na distribuição mudou muito marginalmente, ainda que na mesma direção dos demais estados — qual seja, de diminuição da desigualdade. Em termos absolutos, o estado de Goiás é aquele em que os 20% mais pobres detêm a maior parcela da

renda na região, 3,8% - o que, obviamente, ainda é muito pouco perto dos 59,8% da parcela da renda detida pelos mais ricos. A porcentagem de população abaixo da linha de pobreza e da população entre a linha da indigência e da pobreza é, de partida, bem mais baixa do que aquelas observadas no Norte e no Nordeste do país. Entre 2000 e 2010, todos os quatro estados da região apresentaram melhoras, passando para de 9 a 12% de população abaixo da linha de pobreza — a exceção é o Distrito Federal, que possui porcentagem de população abaixo da linha de pobreza menor, de por volta de 5,8%. Apenas o estado do Mato Grosso não cumpriu estritamente a meta de reduzir a pobreza pela metade no período. No que diz respeito à meta da redução da porcentagem de crianças de zero a dois anos desnutridas, entre 2000 e 2014 os avanços foram significativos, especialmente nos casos de Goiás e Mato Grosso. Ressalte-se, por fim, que embora o Distrito Federal tenha a menor porcentagem de população abaixo da linha de pobreza, é neste distrito em que as famílias, em 2008, mais consideraram que sua quantidade de alimentos não seria suficiente.

Na região Sudeste, que desde o ciclo do café concentra o maior nível de renda do país, composta por quatro estados – dentre eles, o estado mais rico, São Paulo – a diminuição da parcela da renda concentrada pelos 20% mais ricos ocorreu, especialmente em dois estados, Espírito Santo e Minas Gerais. Nesses dois casos, nota-se também um maior incremento (de 3 a 4%) na parcela da renda retida pelos 60% intermediários. O incremento (ainda que pequeno) da parcela da renda retida pelos 20% mais pobres foi observado em todos os estados, com destaque para Minas Gerais. Todavia, o padrão de distribuição entre os três grupos é bastante semelhante ao do restante do país. Quanto à porcentagem da população abaixo da linha de pobreza, o estado do Espírito Santo é claramente o que mais concentra pobreza na região. Mas, mesmo nesse caso, observou-se diminuição de tal porcentagem entre 2000 e 2010. Em 2000, particularmente, chamava a atenção a alta porcentagem verificada de população abaixo da linha de indigência tanto no Espírito Santo quanto em Minas Gerais - por volta de 15% -, padrão verificado na região centro-oeste. Nos dois casos, a porcentagem foi diminuída para cerca de 7% em 2010, cumprindo, por conseguinte, a meta de reduzir a pobreza pela metade. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a porcentagem de população abaixo da linha da pobreza também foi reduzida, mas não ao ponto de atingir a meta de redução pela metade. De qualquer modo, os dois estados apresentam a menor concentração de pobreza da região. Quanto à porcentagem de crianças entre zero e dois anos desnutridas, comparativamente aos estados sudestinos, era especialmente alta em Minas Gerais em 2000. No entanto, em todos os estados da região, a diminuição em tal variável foi considerável, assim como nas outras regiões do país. Por fim, no caso do Rio de Janeiro, destaque-se a quantidade de famílias que

consideravam, em 2008, a quantidade de alimentos insuficiente: 11,54%, a maior porcentagem na região Sudeste.

Por fim, na região Sul, composta por três estados, observou-se, entre 2000 e 2010, uma melhora da distribuição da renda favorecendo os 20% mais pobres e os 60% intermediários. Destaque-se, especialmente, o caso do estado de Santa Catarina, cuja distribuição – ainda que certamente desigual – é a menos desigual não apenas dentre os estados sulinos, mas entre todos os estados brasileiros. No que diz respeito ao cumprimento da meta 1 de redução da pobreza, os três estados reduziram para menos da metade a população abaixo da linha da pobreza entre 2000 e 2010. Nesse quesito, ressalte-se novamente o caso de Santa Catarina, que apresenta a menor porcentagem de população abaixo da linha de pobreza dentre todos os estados brasileiros. E, comparativamente às demais regiões, em termos de porcentagem média, a região sul é a que concentra a menor população abaixo da linha de pobreza. Quanto à meta 2, de redução da fome, todos os estados do sul foram bem sucedidos no seu cumprimento, passando de 8 a 9% de crianças entre 0 a 2 anos desnutridas em 1999 para cerca de 0,4 a 0,6% em 2014.

Em síntese, em termos gerais, o movimento predominantemente observado nos estados brasileiros entre 2000 e 2010 foi o de redução da desigualdade de distribuição de renda, diminuindo a parcela retida pelos 20% mais ricos por meio da redistribuição em prol dos 60% intermediários e dos 20% mais pobres. Todavia, os 20% mais ricos ainda concentram, em média, uma parcela no entorno dos 60%, o que indica que a distribuição de renda ainda é muito desigual no país. Quanto ao cumprimento das metas relativas ao ODM 1, os resultados foram bastante positivos, principalmente no caso de redução da porcentagem de crianças de zero a dois anos desnutridas, indicando uma tendência à erradicação da fome em todo o país - apenas alguns estados do Norte e do Nordeste ainda apresentam porcentagens acima de 1%. A porcentagem de população abaixo da linha de pobreza também foi consideravelmente diminuída, mas permanece especialmente alta nas regiões Norte e Nordeste.

Assim, como conclusão geral, nota-se que houve importantes avanços em termos de combate à pobreza e à fome – no caso da última, chegando muito próxima à sua erradicação. Observou-se também um movimento generalizado de diminuição das desigualdades. No entanto, dois resultados seculares ainda permanecem: a desigualdade regional ainda é muito gritante, com uma divisão clara entre o norte "pobre" e o sul "rico"; e a desigualdade de renda permanece muito elevada, em todas as regiões do país e especialmente nas regiões comparativamente mais pobres.

**Tabela 2 - Resultados do ODM 1 por Estados, de acordo com a ONU Brasil.** Fonte: Relatórios dinâmicos, monitoramento de indicadores – todos Estados e DF, Portal ODM, 2015.

	Parcela da r			Meta 1 - Reduzir pela metade a população com renda abaixo o	té 2015, a pa	rcela da	Estados e DF, Portal ODM, 2015.  Meta 2 - Reduzir pela metade, até 2 população que sofre d		porção da
		2000	2010	populuşuo com rendu dounto	2000	2010	população que sorre a	1999	2014
					Norte				
				População entre linha da					
	20% mais pobre	1,5%	1,4%	indigência e da pobreza	23,7%	17,9%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	17,8%	1,9%
بو	60%			População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		
Acre	intermediário	30,8%	32,8%	indigência	20,8%	13,7%	de alimentos normalmente não suficiente		12,1% (2008)
7	20% mais rico	67,7%	65,8%						•
	200/ : 1	2.00/	2.20/	População entre linha da	6.60/	1 10/			
, g	20% mais pobre 60%	2,0%	2,2%	indigência e da pobreza População abaixo linha da	18,9%	12,8%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	6,6%	1,1%
Amapá	intermediário	31,8%	33,8%	de alimentos normalmente não suficiente		6,2% (2008)			
Ar	20% mais rico	66,2%	64,0%	indigência	20,3%	13,8%	de annientos normannente não suriciente		0,2% (2008)
	2070 mais neo	00,270	0-1,070						
as	2004	4.40	4.00/	População entre linha da	20.50	40.40		0.504	0.50
OÜ	20% mais pobre	1,1%	1,3%	indigência e da pobreza	28,7%	19,1%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	9,6%	0,5%
naz	60%	20.60/	20.90/	População abaixo linha da	20.00/	1.4.20/	Famílias que consideram sua quantidade		12 40/ (2009)
Amazonas	intermediário 20% mais rico	28,6% 70,3%	30,8% 67,9%	indigência	20,9%	14,2%	de alimentos normalmente não suficiente		13,4% (2008)
	20% mais neo	70,3%	07,9%	População entre linha da	1				
.0	20% mais pobre	1,4%	1,4%	indigência e da pobreza	37,5%	23,9%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	19,3%	1,4%
ıhâ	60%	1,470	1,470	População abaixo linha da	37,370	23,770	Famílias que consideram sua quantidade	17,570	1,470
rai	intermediário	30,1%	33,8%	indigência	25,4%	16,9%	de alimentos normalmente não suficiente		12,4% (2008)
Maranhão				mulgeneiu	20,.,0	10,770	de ammentos normalmente nas surrecine		12,170 (2000)
	20% mais rico	68,5%	64,8%	D12	1 1		Т		
	2004 mais nobro	1,8%	1,7%	População entre linha da indigência e da pobreza	23,7%	18,0%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	10,7%	0,8%
	20% mais pobre	1,8%	1,7%		25,7%	16,0%	,	10,7%	0,8%
rá	intermediário	29,9%	33,6%	População abaixo linha da indigência	23,7%	16,2%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente		10,6% (2008)
Pará	20% mais rico	68,3%	64,7%	margencia	23,770	10,270	de annientos normannente não suriciente		10,0% (2008)
	2070 mais neo	00,570	0-1,770	População entre linha da	T I		T	T .	
nia	20% mais pobre	2,3%	2,8%	indigência e da pobreza	13,7%	8,5%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	5,4%	0,7%
dôr	60%			População abaixo linha da		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Famílias que consideram sua quantidade		,
Rondônia	intermediário	33,2%	37,7%	indigência	16,9%	8,3%	de alimentos normalmente não suficiente		7,3% (2008)
2	20% mais rico	64,5%	59,5%						
				População entre linha da					
บล	20% mais pobre	1,6%	1,2%	indigência e da pobreza	17,2%	17,2%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	7,6%	0,5%
ain	60%			População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		
Roraima	intermediário	34,1%	32,8%	indigência	16,7%	10,9%	de alimentos normalmente não suficiente		14,9% (2008)
	20% mais rico	64,3%	66,0%		1				
S	200/	1.60/	2.20/	População entre linha da	22.40/	11.70/		12.20/	1.00/
ıtir	20% mais pobre 60%	1,6%	2,2%	indigência e da pobreza	23,4%	11,7%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	12,2%	1,0%
Tocantins	intermediário	20.10/	33,8%	População abaixo linha da indigência	22,5%	11,8%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente		16% (2008)
$\mathbf{T}_{0}$	20% mais rico	30,1% 68,3%	64,0%	margencia	22,370	11,070	de anmentos normannente não suriciente		10% (2008)
Nord		00,570	0-1,070						
11010				População entre linha da				i I	
s	20% mais pobre	1,4%	1,9%	indigência e da pobreza	33,8%	18,3%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	23,7%	1,5%
202	60%			População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		,
Alagoas	intermediário	27,5%	32,2%	indigência	24,0%	17,0%	de alimentos normalmente não suficiente		18,4% (2008)
¥	20% mais rico	71,1%	66,0%						
				População entre linha da					·
	20% mais pobre	1,7%	1,9%	indigência e da pobreza	26,8%	15,2%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	17,2%	1,1%
nia	60%			População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		
Bahia	intermediário	29,1%	33,0%	indigência	23,6%	14,9%	de alimentos normalmente não suficiente		14,1% (2008)
	20% mais rico	69,2%	65,1%	D 1 ~	1 1		T		
	2004 mais nobro	1,4%	2,5%	População entre linha da indigência e da pobreza	29,1%	16,1%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	16,6%	1 404
'æ	20% mais pobre 60%	1,470	2,370	População abaixo linha da	29,170		Famílias que consideram sua quantidade	10,0%	1,4% 12,6%
Ceará	intermediário	28,4%	33,4%	indigência	23,3%		de alimentos normalmente não suficiente		(2008)
ರ	20% mais rico	70,2%	64,1%	margonera	23,370	15,570	de annientos normamente não sunciente		(2000)
	2070 mais neo	70,270	0-1,1 /0	População entre linha da	T I		T	T .	
	20% mais pobre	1,9%	2,2%	indigência e da pobreza	26,4%	14,6%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	17,5%	1,0%
ı(þ	60%	,	,	População abaixo linha da		,	Famílias que consideram sua quantidade	.,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Paraíba	intermediário	30,9%	33,8%	indigência	23,9%	15,4%	de alimentos normalmente não suficiente		7,9% (2008)
Ь	20% mais rico	67,2%	64,0%						
			-	População entre linha da					<del></del>
ģ	20% mais pobre	1,7%	2,1%	indigência e da pobreza	24,0%	14,1%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	17,5%	0,7%
Pernam- buco	60%			População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		
Pern	intermediário	28,5% 31,7% indigência 22,3% 14,7% de alimentos normalmente não							12,5% (2008)
	20% mais rico	69,8%	66,2%						

	Ī			D 1 ~ . 1:1 1			Ì	1	l l
	20% mais pobre	1,6%	1,7%	População entre linha da indigência e da pobreza	32,9%	19,8%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	21,8%	1,4%
	60%	1,070	1,770	População abaixo linha da	32,970	19,670	Famílias que consideram sua quantidade	21,670	1,470
Piauí	intermediário	29,8%	34,0%	indigência	24,6%	15,3%	de alimentos normalmente não suficiente		13,5% (2008)
P	20% mais rico	68,6%	64,3%			•			
				População entre linha da					
je je	20% mais pobre	1,8%	2,4%	indigência e da pobreza	23,1%	11,6%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	12,1%	0,8%
io rand	60%	20.00/	22.60/	População abaixo linha da	22 60/	12 40/	Famílias que consideram sua quantidade		14.50/ (2000)
Rio Gra	intermediário 20% mais rico	29,8% 68,4%	33,6% 64.0%	indigência	22,6%	13,4%	de alimentos normalmente não suficiente		14,5% (2008)
	20% mais neo	00,470	04,0%	População entre linha da	1				
	20% mais pobre	1,9%	2,2%	indigência e da pobreza	25,9%	13,4%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	11,7%	1,1%
йре	60%	·		População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		
Sergipe	intermediário	29,4%	32,0%	indigência	23,8%	16,0%	de alimentos normalmente não suficiente		14,4% (2008)
	20% mais rico	68,7%	65,8%						
Centi	o-Oeste			Daniela 2 antes linka da	1				
	20% mais pobre	2,0%	2,2%	População entre linha da indigência e da pobreza	3,8%	2,1%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	1,3%	0,1%
Distrito Federal	60%	2,070	2,270	População abaixo linha da	3,070	2,170	Famílias que consideram sua quantidade	1,570	0,170
Distrito Federa	intermediário	30,4%	30,6%	indigência	8,8%	3,7%	de alimentos normalmente não suficiente		12,7% (2008)
D	20% mais rico	67,6%	67,2%						
	2004	2.004	2.00/	População entre linha da	·	4.40		0.20/	0.70/
	20% mais pobre 60%	2,9%	3,8%	indigência e da pobreza	7,5%	4,1%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	9,3%	0,7%
Goiás	intermediário	31,8%	36,4%	População abaixo linha da indigência	14,5%	5,2%	de alimentos normalmente não suficiente		7,4% (2008)
Ğ	20% mais rico	65,3%	59,8%	margenera	14,570	3,270	de difficitos normalmente não surferente	•••	7,470 (2000)
		00,070		População entre linha da					
	20% mais pobre	2,5%	3,2%	indigência e da pobreza	9,2%	6,6%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	7,0%	0,5%
Mato Grosso	60%			População abaixo linha da			Famílias que consideram sua quantidade		
Mato Gross	intermediário	31,1%	37,2%	indigência	13,9%	6,0%	de alimentos normalmente não suficiente		7,1% (2008)
	20% mais rico	66,4%	59,6%	População entre linha da	1				
op	20% mais pobre	2,8%	3,3%	indigência e da pobreza	8,7%	4,8%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	5,8%	0,4%
osso	60%	2,070	2,270	População abaixo linha da	0,7,0	1,070	Famílias que consideram sua quantidade	2,070	0,170
Mato Grosso	intermediário	30,7%	36,1%	indigência	15,3%	6,3%	de alimentos normalmente não suficiente		4,7% (2008)
20	20% mais rico	66,5%	60,6%						
C 1	.t.a								
Sudes	ste				<u> </u>				
		2.80/	2 20/	População entre linha da	7.00/	2.00/	0/ do orientos do 0 a 2 anos desmutridos	7.20/	0.40/
	20% mais pobre	2,8%	3,3%	indigência e da pobreza	7,9%	3,9%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	7,2%	0,4%
		·	3,3%	indigência e da pobreza População abaixo linha da	7,9% 15,5%	3,9%	% de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	7,2%	
	20% mais pobre 60%	2,8% 32,5% 64,7%	·	indigência e da pobreza			Famílias que consideram sua quantidade	7,2%	0,4%
	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7%	35,8% 60,9%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da	15,5%	6,8%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente		8,2% (2008)
Espírito Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre	32,5%	35,8%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza			Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	7,2% 11,9%	
Espírito Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60%	32,5% 64,7% 2,5%	35,8% 60,9% 3,7%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da	9,7%	6,8%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	11,9%	8,2% (2008)
	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário	32,5% 64,7% 2,5% 32,1%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza	15,5%	6,8%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas		8,2% (2008)
Espírito Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60%	32,5% 64,7% 2,5%	35,8% 60,9% 3,7%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência	9,7%	6,8%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	11,9%	8,2% (2008)
Minas Espírito Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário	32,5% 64,7% 2,5% 32,1%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da	9,7%	6,8%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	11,9%	8,2% (2008)
Minas Espírito Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da	9,7% 15,3% 4,9%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	11,9%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54%
Espírito Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência	9,7% 15,3%	6,8% 4,2% 7,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	11,9%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008)
Minas Espírito Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência	9,7% 15,3% 4,9%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	11,9%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54%
Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 32,7% 64,3%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência  População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência  População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e linha da indigência e linha da indigência	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54% (2008)
Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	9,7% 15,3% 4,9%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	11,9%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54%
Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 32,7% 64,3%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência  População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência  População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e linha da indigência e linha da indigência	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54% (2008)
Minas Espírito Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 32,7% 64,3% 3,6%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	 11,9%  6,8%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54% (2008) 0,3%
Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico  20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico  20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 32,7% 64,3% 3,6% 35,0%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	 11,9%  6,8%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54% (2008) 0,3%
São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1% 62,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 35,0% 61,4%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7% 3,4% 7,0%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)
São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 32,7% 64,3% 3,6% 35,0%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas	 11,9%  6,8%	8,2% (2008) 1,0% 7,6% (2008) 0,5% 11,54% (2008) 0,3%
São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 34,1% 62,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 35,0% 61,4%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência  População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência  População entre linha da indigência  População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência  População entre linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7% 3,4% 7,0%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)
São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1% 62,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 35,0% 61,4%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7% 3,4% 7,0%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)
São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 64,9% 31,1% 34,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 35,0% 61,4% 37,7% 58,6%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7% 3,4% 7,0% 12,6%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5% 2,8% 4,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8%  5,2% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)
Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1% 62,8% 32,6%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 35,0% 61,4% 3,7%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7% 3,4% 7,0%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)
Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60%	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 64,9% 31,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6% 2,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 31,0% 61,4% 3,7% 58,6% 3,6%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5%  9,7%  15,3%  4,9%  9,7%  3,4%  7,0%  12,6%  5,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5% 2,8% 4,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	 11,9%  6,8%  5,2% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)
Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito le Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6% 2,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 35,0% 61,4% 37,7% 58,6% 3,6% 37,7%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência	15,5% 9,7% 15,3% 4,9% 9,7% 3,4% 7,0% 12,6%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5% 2,8% 4,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8%  5,2% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)
Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60%	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 64,9% 31,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6% 2,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 31,0% 61,4% 3,7% 58,6% 3,6%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5%  9,7%  15,3%  4,9%  9,7%  3,4%  7,0%  12,6%  5,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5% 2,8% 4,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade	 11,9%  6,8%  5,2% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)
Rio Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito Grande	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6% 2,8%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 35,0% 61,4% 37,7% 58,6% 3,6% 37,7%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza	15,5%  9,7%  15,3%  4,9%  9,7%  3,4%  7,0%  12,6%  5,7%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5% 2,8% 4,5%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	 11,9%  6,8%  5,2% 	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)
Rio Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito Grande	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% 20% mais pobre 60% 20% mais pobre 60% 20% mais pobre 60%	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 64,9% 31,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6% 2,8% 32,6% 64,6% 32,5% 64,6% 32,5% 64,6%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 3,6% 61,4% 3,7% 58,6% 37,7% 58,6% 4,5%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza	15,5%  9,7%  15,3%  4,9%  9,7%  3,4%  7,0%  12,6%  5,7%  10,3%	6,8%  4,2%  7,5%  4,0%  5,2%  2,5%  3,5%  2,8%  4,4%  1,7%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	11,9% 6,8% 5,2% 8,2% 8,4%	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)  0,5%  4,5% (2008)
Paraná São Paulo Rio de Minas Espírito Janeiro Gerais Santo	20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre 60% intermediário 20% mais rico 20% mais pobre	32,5% 64,7% 2,5% 32,1% 65,4% 2,6% 32,5% 64,9% 3,1% 34,1% 62,8% 2,8% 32,6% 64,6% 2,8% 34,7% 62,5%	35,8% 60,9% 3,7% 36,8% 59,5% 3,0% 64,3% 35,0% 61,4% 37,7% 58,6% 37,7% 58,6%	indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População abaixo linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza População entre linha da indigência e da pobreza	15,5%  9,7%  15,3%  4,9%  9,7%  3,4%  7,0%  7,0%  12,6%  10,3%	6,8% 4,2% 7,5% 4,0% 5,2% 2,5% 3,5% 2,8% 4,5% 4,4%	Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente  % de crianças de 0 a 2 anos desnutridas Famílias que consideram sua quantidade de alimentos normalmente não suficiente	11,9% 6,8% 5,2% 8,2% 8,4%	8,2% (2008)  1,0%  7,6% (2008)  0,5%  11,54% (2008)  0,3%  6,7% (2008)  0,6%  6,6% (2008)  0,5%  4,5% (2008)

# 2. Discussão teórica sobre a dinâmica da pobreza: a crítica estruturalista à abordagem das capacitações

Historicamente, os países de baixa renda apresentam alto nível de concentração de renda e um alto grau de pobreza. A discussão sobre distribuição de renda, um tanto esfriada no pós-guerra, recrudesceu após o fracasso das reformas neoliberais implementadas nos anos noventa nos países em desenvolvimento. Dessa vez, no entanto, o debate concentrou-se em redução da pobreza, que se tornou uma das principais questões político-econômicas no mundo e no Brasil, conforme destacado no discurso de posse do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Uma vez apresentados a motivação, a descrição e os resultados dos ODM em relação à pobreza no Brasil e no mundo, esta seção analisa criticamente o cerne da teoria que atualmente os fundamenta, bem como a maioria das políticas econômico-sociais de organizações multilaterais, não governamentais e governamentais. Este exercício se realiza através da avaliação crítica de um dos *best-sellers* recentes sobre pobreza: "*Desenvolvimento como liberdade*", de Amartya Sen (2000). Assim, a seção 2.1 expõe a abordagem de Sen, complementando-a com a de outros autores associados, para na seção 2.2 analisá-las criticamente à luz da visão estruturalista.

# 2.1. A abordagem da capacitação de Amartya Sen

Devido à grande importância da teoria de Amartya Sen para o debate sobre o desenvolvimento desde os anos noventa, sua obra será analisada aqui com a finalidade de nortear o caminho percorrido até a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, por seus trabalhos que tratam da teoria do bem-estar, Sen é professor de Filosofia e Economia na Universidade de Harvard (EUA) e mestre do *Trinity College* na Universidade de Cambridge (Reino Unido).

Na obra "Desenvolvimento como Liberdade", o autor apresenta sua abordagem teórica acerca do papel do desenvolvimento, tomando-o como "um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam" (SEN, 2000, p. 17). Essa concepção, de grande aderência com o grande público e a academia, toma o desenvolvimento mais abrangentemente

Amartya Sen, da Universidade de Harvard: <a href="http://www.economics.harvard.edu/faculty/sen">http://www.economics.harvard.edu/faculty/sen</a>.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Além disso, foi presidente de importantes associações relacionadas à Ciência Econômica, como a Sociedade de Econometria, Sociedade Americana de Economia – e também da indiana e internacional. Suas obras abrangem temas como teoria econômica, filosofia ética e política, teoria das decisões, desenvolvimento econômico, entre outros, foram traduzidas para mais de 30 idiomas. Extraído do resumo biográfico apresentado no site do Prof.

do que a visão tradicional na economia propunha – em termos de renda *per capita*, industrialização ou crescimento do PIB. Para Sen, o desenvolvimento econômico não deve ser um fim *per se*. Afinal, a felicidade não se reduz às conquistas materiais, que são apenas mais um meio de expandir as liberdades. Não se pretende aqui debater o que é felicidade e nem criticar a ideia de tomar o desenvolvimento como algo mais amplo. Pretende-se inicialmente destacar uma questão de método. Sen defende que a expansão das liberdades é, ao mesmo tempo, o meio e o fim do desenvolvimento. Do ponto de vista filosófico isto é admissível, mas do ponto de vista normativo, meios e fins são distintos.

Mas como dito, na perspectiva de Sen, o desenvolvimento depende também de outras questões além da renda, ampliando, assim, o conjunto de variáveis e parâmetros que são utilizados na sua concepção do conceito de desenvolvimento. Assim, além da industrialização e do progresso tecnológico que implicam crescimento econômico, outras variáveis econômicas e sociais – como direitos civis, educação, saúde, liberdade política, qualidade de vida – podem contribuir para o aumento das liberdades substantivas, diminuindo o que as restringe e também o que possa fazer com que os indivíduos fiquem sem opções e poucas oportunidades de realizar seu papel de cidadão racional.

Os direitos civis e as liberdades políticas garantem à população a oportunidade de chamar a atenção para suas necessidades gerais e, assim, exigir as ações públicas apropriadas para cada necessidade. Sen afirma que a resposta do governo ao sofrimento do povo depende da pressão exercida sobre esse governo. É nesse aspecto que os direitos políticos dos cidadãos irão fazer a diferença, através do voto e do direito de criticar, protestar. Porém, para que os indivíduos possam expressar publicamente o que valorizam e fazer com que seja dada a devida atenção a isso, é preciso garantir a liberdade de expressão e escolhas democráticas. Dessa forma, o autor afirma que os direitos políticos e civis, principalmente os relacionados à garantia de debates e críticas são fundamentais para que os indivíduos possam fazer escolhas "bem fundamentadas e refletidas", o que é crucial para a formação de valores e prioridades. Não se pode perder de vista que, além de desenvolver e sustentar um sistema democrático, é fundamental assegurar as condições e circunstâncias que garantem a obtenção e bom funcionamento do processo democrático.

As outras variáveis, como educação e saúde são tomadas como serviços básicos que devem ser fornecidos aos indivíduos através de apoio público, por serem fundamentais para a capacitação humana. Segundo Sen, "a capacidade de uma pessoa consiste nas combinações

alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela". <sup>10</sup> Dessa forma, a capacidade seria a liberdade dos indivíduos poderem escolher levar o tipo de vida que valorizam. Nessa perspectiva, a ausência de recursos como saúde e educação privam capacidades básicas, o que significaria então um estado de pobreza – já que para o autor sua definição não se refere tão somente ao baixo nível de renda, ao contrário, deve contemplar diversas privações como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social.

A interpretação do desenvolvimento em Sen (2000) inclui cinco tipos de liberdades individuais, seguindo uma perspectiva instrumentalista, <sup>11</sup> quais sejam: 1) liberdades políticas: são as oportunidades que os indivíduos possuem de determinar quem deve governar e quais serão os princípios desse governo; 2) oportunidades econômicas: referem-se às oportunidades dos indivíduos utilizarem os recursos econômicos com finalidades de consumo, produção ou troca; 3) oportunidades sociais: arranjos estabelecidos pela sociedade nas áreas da educação, saúde, entre outras, que irão influenciar a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor; 4) garantias de transparência: essas garantias são inibidoras da corrupção, referem-se à sinceridade que os indivíduos podem esperar das instituições e a garantia de clareza nas relações; 5) segurança protetora: é necessária para garantir uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria extrema.

Cada uma dessas dimensões de liberdades instrumentais se complementaria mutuamente, promovendo indivíduos mais capacitados, contribuindo com a formação de uma liberdade humana geral. O processo de desenvolvimento seria influenciado pelas relações entre as liberdades, que deixam de ser vistas como fins principais, e passam a ser também os meios fundamentais. Segundo Sen, a importância da liberdade para o desenvolvimento também está no fato de aumentar a condição de "agente" dos indivíduos, aumentando a eficiência social, uma vez que esses indivíduos terão mais oportunidades de envolvimento em questões políticas, econômicas e sociais. Prossegue desse raciocínio a necessidade de se analisarem os determinantes das liberdades individuais, atentando-se às influências sociais, incluindo as ações do Estado, que auxiliam na identificação da origem e do alcance das liberdades individuais. Ou seja, para combater os problemas que o desenvolvimento enfrenta, a liberdade individual deve ser considerada como um comprometimento social. 12

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Sen, 2000, p. 95.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> O papel instrumentalista da liberdade diz respeito à forma como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitulamentos auxiliam na expansão da liberdade humana em geral, e, consequentemente, na promoção do desenvolvimento (SEN, 2000, p. 53-54).

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Nesse sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente, bem como colocada no centro da abordagem do desenvolvimento como liberdade, desempenhando um duplo papel avaliativo-constitutivo e causal-instrumental no processo de desenvolvimento. (PINHEIRO, 2012, p.12)

Reduzir a desigualdade, segundo Sen, dependeria tanto das agências individuais quanto dos arranjos sociais. O autor reforça a necessidade do "reconhecimento simultâneo à centralidade" desses dois lados. No entanto, ao longo do livro de 2000 a análise a partir dos arranjos sociais, ou da estrutura, não se desenrola. Por exemplo, é interessante notar como ficam de fora "não-liberdades" que dizem respeito à estrutura da sociedade, como as relações subordinadas entre Estados e capitais, a exploração de mais-valia, a dominação ideológica do consumo – imposta e propagada pela mídia e pela globalização etc.. Além de ser uma tarefa complexa e de difícil execução, um método que combina as agências individuais e os arranjos sociais é impossível se não romper com o núcleo da abordagem neoclássica marginalista, equilibrista e pelo lado da oferta. Isso é perceptível quando o livro trata de algumas temáticas específicas: mercados, democracia, capital humano, instituições – tentando costurar um aglomerado das principais ideias da teoria econômica ortodoxa contemporânea.

Apesar de Sen não se alinhar inteiramente ao pensamento nuclear da teoria neoliberal sobre a capacidade dos mercados de resolver as desigualdades, ele não deixa de se enquadrar no *mainstream* por considerá-la uma falha de mercado. E mesmo criticando os mecanismos de mercado em termos distributivos e pela impossibilidade do equilíbrio estável, Sen tende a estender a lógica da eficiência de mercado à sua abordagem calcada nas liberdades e capacitações, tentando combinar o objetivo de eficiência com o de equidade. <sup>14</sup> Isso porque em sua visão o mecanismo de mercado continua sendo o mais "neutro", pois o Estado pode ser capturado por interesses específicos.

Sen incorpora as teorias de *rent-seeking*, corrupção e governança. Argumentando a favor da democracia, apresenta a evidência de que nenhuma grande fome ocorreu em países democráticos. Também captura parcialmente em sua abordagem as considerações da teoria do capital humano, ponderando que essa normalmente foca apenas a questão econômica – tendo implícita a reificação do homem como objeto. Por isso, Sen coloca-se a favor da capacitação da mão de obra por um motivo maior do que a acumulação de capital: a promoção de liberdade pessoal e bem-estar.

Sen não concentra a discussão sobre os mercados em termos de eficiência, mas no direito das pessoas de tomar decisões e participar livremente de transações. A separação do ato da compra e da venda é uma característica fundamental de uma economia monetária,

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Sen (2000, p. xi-xii).

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> "The basic result about market efficiency can, in this sense, be extended to the perspective of substantive freedoms. But these efficiency results do not say anything about the equity of outcomes, or about the equity in the distribution of freedoms. (...) the problem of inequality, in fact, gets magnified as the attention is shifted from income inequality to the inequality in the distribution of substantive freedoms and capabilities". (p. 119)

conforme mostrado por Marx, Keynes e Kalecki – abalando os fundamentos das teorias econômicas em que a moeda é um "véu". No entanto, Sen assume implicitamente uma visão macroeconômica que corrobora a lei de Say – de que a oferta cria sua própria procura porque calca a sua posição sobre os mercados na visão tradicional. Ao admitir falhas ou custos de transação, ele embarca na "nova teoria institucional" (NEI) <sup>15</sup> e defende a promoção das liberdades: democracia, provisão de bens públicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e seguridade social.

A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, conhecida como abordagem da capacitação, deu origem a formas alternativas de avaliar desenvolvimento para além do PIB. Nesse sentido, contribuiu, em boa medida, para a diminuição do caráter puramente economicista da definição de desenvolvimento, que tenderia a restringi-lo e associá-lo a questões de renda e renda per capita. Por outro lado, conforme argumentado nessa seção, ao focar estritamente no indivíduo, deixou de considerar a macroestrutura na qual esses indivíduos estão inseridos.

Ao focar no indivíduo e em suas privações de exercício da condição de agente, a abordagem de Sen foi oportuna para a ONU, uma vez que o seu objetivo é trazer aos indivíduos aumento da qualidade de vida e do bem-estar, o que também os traria mais liberdade. Segundo Machado e Pamplona (2008), a abordagem de capacitação de Sen, é assumidamente a base teórica do paradigma do desenvolvimento humano, que segundo os autores, constitui o modelo de atuação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – berço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a seguir lançados, conforme descrito na seção 1.

# 2.2. Críticas internas e externas aos ODM e à abordagem da capacitação humana quanto ao desenvolvimento

As críticas aos ODMs podem ser divididas em dois conjuntos, segundo sugestão de Fukuda-Parr (2012): (i) internas: aquelas que dizem respeito à composição dos objetivos,

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> A Nova Teoria Institucional (NEI), da qual algumas uma das principais referências é North (1990), dá um passo à frente em relação à teoria neoclássica pura ao reconhecer a existência de custos de transação e, neste contexto, entender que as instituições e a abordagem histórica são de grande importância para determinar o comportamento dos agentes. Seu movimento teórico passa pela construção de uma sociologia institucional desde o ponto de vista dos indivíduos; pela tomada de um modelo de instituição idealizado que elimina os custos de transação, baseado na economia de mercado anglo-saxão; e pela conclusão de que o subdesenvolvimento decorre de instituições que inibem as relações econômicas que persistem porque obedecem à racionalidade política de grupos não competitivos instalados no Estado (MEDEIROS, 2001).

metas e indicadores, e (ii) externas: aquelas que se relacionam com os processos de desenvolvimento e implementação.

As internas referem-se: à metodologia de limitado alcance e transparência para o estabelecimento de metas; à limitação das metas e ao viés que podem implicar às políticas públicas; faltaria um tratamento diferencial para temas diversos dos direitos humanos; observa-se uma ausência de atenção especial aos aspectos da igualdade, atentando-se para parcelas mais vulneráveis da população; a compreensão do desenvolvimento não perpassaria economia política; e poderia levar à distorção das prioridades nacionais. Já no que se refere às críticas externas, Fukuda-Parr destaca: o entendimento do que é desenvolvimento não contemplaria debates históricos sobre o tema; o estabelecimento das metas nacionais por parte da ONU, quando se poderia dar mais autonomia para os países realizarem o próprio cálculo; metodologia de avaliação das metas; o uso das metas como referência para o financiamento de países em desenvolvimento.

Todas essas críticas podem ser explicações para o fato de as metas não estarem evoluindo conforme se previa. Nos primeiros relatórios de acompanhamento dos ODMs era evidente que a maioria dos países pobres estava longe do caminho de alcançarem as metas, então se acreditava que a promessa aos pobres seria quebrada (Rezende, 2007). Havia um reconhecimento de que mesmo países como a Índia, que apresentam índices de crescimento econômico significativos, não conseguiriam obter um declínio proporcional da pobreza. Afinal, nada garantia o real compromisso dos países desenvolvidos com o auxílio ao desenvolvimento e redução da pobreza. Especificamente nos relatórios das Nações Unidas em 2005, Fukuda-Parr (2008) comenta que era nítido o mal-estar relativo ao não cumprimento das metas, essencialmente porque não havia um enfrentamento sobre o dilema político relacionado aos objetivos do milênio. Até houve intenção da ONU em construir politicamente um compromisso público de desenvolvimento econômico e de busca de uma sociedade mais justa, porém, aparentemente, sem partir de um padrão estabelecido. Ou seja, "não houve um entendimento único, entre os condutores dos ODMs, acerca dos procedimentos garantidores do cumprimento das metas estabelecidas pelas Nações Unidas" (REZENDE, 2007, p. 203). Mais além, a implementação das metas estabelecidas pela ONU se depararam também com entraves macroestruturais globais e locais e com as assimetrias entre países de riqueza e poder, inclusive quanto ao recebimento de financiamento para cumprir as metas.

Aí reside a principal crítica ao ODM a se destacar no presente artigo, em si uma crítica externa sobre seu conceito de desenvolvimento. Como Chang (2009) argumenta, na abordagem da capacitação há uma concepção de desenvolvimento que necessita de uma visão

de transformação na estrutura produtiva e ao desenvolvimento das capacidades sociais e tecnológicas que são as causas e as consequências de tal transformação. Nos ODMs, justamente, de fato consideram-se elementos interessantes para identificar a qualidade de vida das pessoas, mas não dão a atenção necessária para os mecanismos de transformação da estrutura produtiva associados à alavancagem das capacidades. Dessa forma, aquele autor afirma que os ODMs na verdade estão promovendo um "desenvolvimento sem desenvolvimento". Ratificando essa crítica, o ODM 8, promover parceira mundial pelo desenvolvimento, mostra-se totalmente inócuo. Apresenta metas que além de difíceis de medir, partem de uma concepção de "ajuda" por parte dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Embora resida na dinâmica econômica e política do sistema interestatal capitalista as assimetrias de desenvolvimento, as soluções não são no sentido de reformar ou até mesmo revolucionar, mas apenas de assistência. Assim, os indicadores são extremamente fracos e não apontam na verdade, o próprio desenvolvimento econômico dos países. Por exemplo, a integração à novas tecnologias se dá somente do ponto de vista do consumo, e não da produção. Em suma, os ODM assumem que o fundamental para o desenvolvimento é simplesmente a satisfação de necessidades básicas que corrigem falhas de mercado e, no limite, beneficiam economicamente as empresas que atendem a essa população a ser incluída no mercado mundial.

Esta conclusão deriva do entendimento de que os ODM reproduzem a noção, no âmbito das relações internacionais, estabelecida desde a ascensão do neoliberalismo ao final da década de setenta, de que o estado de desenvolvimento de cada país se deve a uma condição própria, à sua capacidade e, portanto, que não estaria atrelada a nenhuma contribuição dos outros países, conforme Chang (2009) aponta. Então, a teoria das capacitações foi convenientemente incorporada à visão neoliberal de funcionamento dos mercados, na medida em que a primeira contribui para que o equilíbrio de preços e quantidades, inclusive dos fatores, sejam mais elevados através do mecanismo da produtividade. De acordo Chang, o reduzido desenvolvimentismo existente nesta visão é baseado na crença de que, se tiverem melhor educação e melhores condições de saúde e se lhes garantirem mais segurança sobre os direitos de propriedade, com simetria de informações os indivíduos racionais egoístas irão exercer a sua tendência natural de "truck and barter" e de alguma forma criarão uma economia próspera.

Além da crítica essencial de que o desenvolvimento humanista não se sustenta sem uma transformação robusta na estrutura produtiva subjacente e nas capacidades tecnológicas (que não aparecem explicitamente na discussão dos ODM), Chang (2009) aponta mais

fraquezas na abordagem das capacitações. De modo geral, o processo político deve ser levado em conta, em termos internos e externos a cada economia, examinando-se o conflito de classes e interesses existentes que levam, inclusive, à coalizão de poder presente no Estado. Aliás, as instituições carecem de um entendimento mais dinâmico, no sentido de se atentar para o seu processo de formação e transformação, e de como influencia a estrutura produtiva. E ainda, os desafios relativos ao processo de transformação estrutural no campo ambiental, não realiza uma discussão original sobre as consequências da urbanização e da industrialização, bem como da correspondente necessidade de construção de bens públicos, processos fundamentais na trajetória de desenvolvimento.

Mais além, como critica a visão estruturalista, a teoria neoliberal incorporada na abordagem das capacitações - no campo da macro e da microeconomia e da economia internacional, e até mesmo da teria comportamental – estão assentadas em premissas irreais e estabelecem modelos reducionistas que não explicam a realidade. <sup>16</sup> Mais além, por isso não podem mesmo ser adotadas como prescrição normativa, já que no mundo real sua aplicação não leva aos resultados de eficiência e otimização esperados. <sup>17</sup> Sintetizando a crítica do ponto de vista metodológico, ainda que a abordagem das capacitações tente incorporar os arranjos sociais, sua debilidade deriva de três pontos, propostos por Reis (2011): 1)Transferência do foco para a pobreza individual ao invés de distribuição de renda; 2) individualismo metodológico e racionalidade instrumental; 3) teoria neoliberal dos mercados, trasvestida na Nova Economia Institucional – que admite falha de mercados e apoia-se nas instituições para explicar o funcionamento da economia. O método leva a uma linha de argumentação que atribui às instituições e condições iniciais (naturais ou culturais, por exemplo) os principais motivos para o não desenvolvimento ou armadilhas da pobreza. Portanto, as soluções são no sentido de alterar essas condições através da capacitação, doações, acordos e convenções para o comércio internacional de mercadorias e capitais, melhorias na governança, provisão de bens públicos – desconsiderando os mecanismos estruturais e institucionais que reproduzem as assimetrias de condições, do ponto de vista interno e externo.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Por exemplo, quanto ao comércio internacional as teorias neoclássicas de vantagens comparativas baseadas nos modelos de Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS) preveem o pleno emprego, a equalização dos preços dos fatores internacionalmente e, no longo prazo, a convergência dos padrões de renda (como nos modelos de crescimento exógeno e endógeno), em condições de livre comércio e inexistência de custos de transação - isto se observadas as premissas (irreais?) de imobilidade de fatores, tecnologia difundida, demanda homogênea, concorrência perfeita, substituição entre os fatores capital e trabalho e rendimentos constantes de escala. Cada uma dessas premissas pode, isoladamente, ser derrubada observando-se empiricamente de forma que não somente a visão neoclássica não é aplicável, quanto seus resultados não fazem sentido.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Para uma crítica completa à teoria neoclássica, ver Cesaratto e Serrano (2002).

O método histórico-estrutural, por outro lado, reforça exatamente a importância da interação dos fatores estruturais e institucionais na trajetória de desenvolvimento de cada país, atentando-se para a complexidade desses processos que resultaram em desigualdade de renda entre centro e periferia e, internamente, da desigualdade de renda e riqueza entre as classes sociais. Desde o século XVIII, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Suécia, Japão, Coréia e Taiwan, estas duas últimas as poucas economias da periferia do colonialismo que ascenderam ao grupo das nações com elevadas renda per capita e padrões de vida alcançaram a modernização da sua capacidade produtiva, sofisticando suas atividades produtivas e comerciais. Isto, geralmente a partir de políticas de Estado que ferem a logica liberal, como a proteção, subsídios e outros meios de intervenção do governo que desafiam o mercado. 18

Como conclusão, a abordagem das capacitações pode levar, na verdade, a conservadoras interpretações e soluções para o desenvolvimento e a pobreza. Ao não partir das estruturas político-econômicas e sociais, e ao não realizar uma avaliação do ponto de vista do poder e da riqueza, essas visões retiram da análise a dinâmica do sistema produtivo, as relações entre classes e as relações entre Estados. Tanto é que as metas do ODM 1 reduzemse à quantidade de pessoas extremamente pobres e famintas. A meta de melhoria nas condições no emprego seria, na realidade, a única que oferece um vetor de transformação – porém não encontra métricas precisas.

O foco sobre o indivíduo tende a atribuir a ele a responsabilidade total sobre seu próprio destino, desde que suas privações sejam superadas. De fato, o pobre pode sair da pobreza a partir da "igualdade de oportunidades" e da capacitação humana, mas nada o garante em condições estruturais que perpetuam assimetrias. O conceito liberal de desenvolvimento baseado no empreendedorismo individual desprende o homem do contexto social complexo em que está inserido. Não resolve a pobreza e, mais ainda, descarta a necessidade de transformação da estrutura produtiva e das relações sociais de produção para haver redistribuição da riqueza (e da propriedade). Nesse sentido, o entendimento da pobreza e da distribuição de renda "enriquece" através do método estrutural, buscando-se dialeticamente estudar o desenvolvimento a partir dos interesses de classe e das relações de produção, considerando a formação e transformações históricas das estruturas econômicas, institucionais, sociais e políticas. Tal dialética não visa a uma síntese absoluta; ao contrário, estabelece controvérsias, um pensar ousado e crítico. Por fim, a superação de muitas das fontes de privações elencadas pelo próprio Sen não poderia ser esperada a partir da "mão

<sup>18</sup> CHANG, 2009, p. 4.

invisível". A garantia de boas condições de saúde e educação, por exemplo, passam por uma adequada provisão de serviços públicos, universalmente distribuídos. E, para tal, faz-se necessária a presença de um Estado de Bem Estar Social democraticamente constituído. Algo que não pode ser tomado como uma premissa, na medida em que sua constituição resulta de uma longa disputa de interesses de classe e de seus efeitos sobre políticas de Estado.

# 3. Políticas públicas federais: o impacto sobre a redução da pobreza no Brasil

O relatório *The State of Food Insecurity in The World 2014* da FAO (*Food and Agriculture Organization*) sobre a insegurança alimentar no mundo mostrou que embora tenha diminuído, continua extremamente aguda: aproximadamente 805 milhões de pessoas sofriam de subnutrição crônica entre 2012 e 2014. Há uma década, os resultados eram ainda piores, com 100 milhões a mais neste estado crítico, de forma que a subnutrição de lá pra cá deixou de afetar 18,7% da população, passando para 11,3%. Como visto na seção 1, de acordo com a ONU a pobreza extrema diminuiu significativamente ao longo das últimas duas décadas: a população do mundo que vivia com menos de US\$ 1,25 por dia caiu de 47% em 1990 para 14% em 2015; em números absolutos, a quantidade de pessoas que viviam em extrema pobreza no mundo caiu de 1,9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015. E a proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, passando de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016, embora em números absolutos a redução tenha sido de quase 1 bilhão de pessoas para 780 milhões

O Brasil é um dos casos mundiais de maior sucesso de criação de condições para melhorar a segurança alimentar e a nutrição, de forma que, em 2016, a FAO lançou um relatório somente sobre as iniciativas brasileiras. A nação conseguiu atingir tanto o objetivo de reduzir pela metade o percentual relativo da população em estado de fome, quanto o de reduzir o número absoluto. Além disso, houve um progresso geral em termos de desenvolvimento humano e de redução de desigualdades nos últimos anos — conforme também exposto na seção 1. O relatório afirma que isso tem a ver com o fato do governo ter colocado a meta de exterminar a fome no núcleo de sua agenda política, conforme prometido no discurso de posse do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, ao lançar o *Programa Fome Zero*, coordenado pelo então criado Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome. <sup>19</sup> O que mais tarde foi reforçado e ampliado no *Plano Brasil sem Miséria* lançado pela Presidente Dilma em 2011. <sup>20</sup>

Assim, como visto, o ODM 1 foi atingido no Brasil: desde 2003, 36 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza extrema, sendo 22 milhões somente desde 2011. E ainda, em 2014 o Brasil deixou de pertencer ao mapa da fome da FAO. O coeficiente de Gini, sobre a distribuição da renda, melhorou de 0,535 em 2004 para 0,494 em 2014. Particularmente nas áreas rurais, a extrema pobreza caiu de 21,8% da população em 2002 para 7,6% em 2014, e a pobreza diminuiu de 49% a 20,2% (FAO, 2016). O cumprimento do ODM 1 envolveu, então, certa redistribuição da renda — evidenciada pelo Gini quanto pelo exame das parcelas na renda total dos 20% mais pobres da população e dos 60 % intermediários, que cresceram em detrimento dos 20% mais ricos. Todavia, a distribuição doméstica da renda permanece deveras desigual.

Dentre as causas da consecução do ODM 1, há que se destacar as políticas sociais e econômicas. Primeiramente, no campo dos programas sociais os gastos cresceram mais do que 128% de 2000 a 2012, o que passou a corresponder a uma parcela do PIB 30% maior, US\$ 35 bilhões em 2013 (FAO, 2014). Dos dispêndios do Governo Federal em segurança alimentar e nutrição, o Programa Bolsa Família representa 30%. Criado em 2003, esse programa de transferência de renda no país por ter sido tão bem sucedido tornou-se referência mundial. Conforme o MDS, o Bolsa Família está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Inclui três eixos principais:

- A. Complemento da renda todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.
- **B.** Acesso a direitos as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> O MDS criou um sistema de proteção social que sustenta uma bem definida estratégia de combate à pobreza, em especial da pobreza extrema. O Ministério coordena o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dá suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), faz a coordenação das ações intersetoriais de superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e é responsável pelo maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, o Programa Bolsa Família, que beneficia diretamente 50 milhões de pessoas. O MDS também é responsável pela gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS),do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza (FNCP). Instâncias colegiadas participam do ciclo de tomada de decisão e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social, com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), este último ligado à Presidência da República (MDS, 2106).

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> De acordo com o MDS, o Brasil sem Miséria se organizou em três eixos: I. garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; II. acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; III. inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

- assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.
- C. Articulação com outras ações o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Participam do programa as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, entendidas, respectivamente, como aquelas com renda por pessoa de até R\$ 77 mensais e com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Para participar é preciso se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, de acordo com o MDS. Em 2013, o Bolsa Família já atendia 13,8 milhões de família de baixa renda (tendo partido de 3,6 milhões em 2003), com gastos equivalentes a US\$ 11 bilhões (FAO, 2014). O valor que cada família recebe mensalmente soma vários tipos de benefícios previstos, que dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária, conforme quadro 3.

# Quadro 3 – Benefícios do Programa Bolsa Família.

### Benefício Básico, no valor de R\$ 77,00

- Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00).

## Benefícios Variáveis, no valor de R\$ 35,00 cada um (até cinco por família):

— Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.

Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade

Benefício Variável Vinculado à Gestante.

Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. Pagamento de nove parcelas mensais. O benefício só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.

- Benefício Variável Vinculado à Nutriz.
- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.
- Pagamento de seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

# Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 42,00 (até dois por família).

- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.

### Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família.

- Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 77,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.
- O valor do benefício é calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 77,00 de renda por pessoa.

Fonte: MDS, 2016.

De acordo com Campello e Mello (2014), o Bolsa Família hoje integra o Plano Brasil sem Miséria que promoveu cinco inflexões que alteraram e aceleraram o curso das políticas sociais no Brasil: i) o estabelecimento de uma linha de extrema pobreza que passou a organizar a priorização que o Estado faria para incluir e apoiar a população extremamente pobre; ii) o estabelecimento da meta de universalização das políticas voltadas para a pobreza, como no caso do Bolsa Família, que já havia chegado à grande maioria do público pobre e extremamente pobre, mas que ainda não tinha o claro comando de chegar a todos que tinham perfil e direito; iii) passou a ser responsabilidade do Estado ir aonde a população pobre estava através da Busca Ativa, localizando, cadastrando e incluindo as famílias mais pobres no conjunto de ações que seriam ofertadas; iv) a partir de 2012, garantia de um patamar abaixo do qual não era mais aceitável ter nenhum brasileiro e, ao mesmo tempo, criou uma política para garantir esse direito; v) estratégia voltada para ampliar a inclusão econômica dos adultos em situação de pobreza e extrema pobreza, baseada na criação de oportunidades para emprego e empreendedorismo. Tais inflexões estão presentes, afinal nas estratégias e instrumentos do MDS, resumidos na figura 1, que mostra que o combate à miséria e à pobreza contou também com ações como benefícios de prestação continuada a idosos e pessoas com deficiência, programa de erradicação do trabalho infantil, projovem adolescente, ampliação da oferta de serviços e atendimento à população moradora de rua. Além disso, foram agrupadas em quatro eixos no Plano Brasil Sem miséria, que são a garantia de renda (bolsa família mais políticas complementares dos estados e o benefício de superação da extrema pobreza), a inclusão produtiva e urbana (formalização do microempreendeorismo entre os mais pobres, qualificação profissional, fomento à economia solidária), inclusão produtiva e rural (água pra todos, luz pra todos, programa de fomento às atividades rurais) e expansão do acesso aos serviços públicos – sintetizados no quadro 4.<sup>21</sup>

Quadro 4 – Síntese da formulação dos Eixos do Brasil sem Miséria

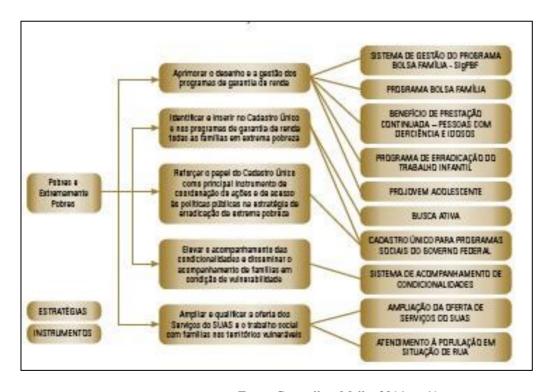
Eixos	Dificuldades e Demandas	Estratégias					
	Inclusão da população elegível no Cadastro	Busca ativa e concessão do benefício do Bolsa					
	Único e no Bolsa Família	Família					
a	Aumento da eficácia do Bolsa Família, com foco	1. Reajuste do benefício variável (0 a 15 anos)					
Renda	nas crianças e adolescentes	2. Alteração do limite de benefícios variáveis do					
Re		Bolsa Família de 3 para 5 filhos por família. Ação					
de		Brasil Carinhoso (0-6 e 7-15)					
	Compensar a defasagem entre a linha de	Políticas complementares de renda dos estados					
l ii	extrema pobreza nacional e linhas estaduais						
Sarantia	Existência de famílias que mesmo com o Bolsa	Criação do benefício de superação da extrema					
5	Família ainda não superavam a extrema	pobreza para garantir que nenhuma família do					
	pobreza	Bolsa Família estivesse abaixo da linha de extrema					
		pobreza					

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Para conhecer em detalhes os programas, ver Campello et al (2016).

	Dificuldades dos empreendedores individuais	Ampliação da formalização dos mais pobres como						
na	-							
Inclusão Produtiva Urbana	que já tinham ou queriam iniciar um negócio	Microempreendedores Individuais						
Inclusão utiva Url	próprio	Carantir a narticinação dos mais nobres em surses						
lus	Aumento do acesso a cursos de qualificação de	Garantir a participação dos mais pobres em cursos						
nc] iti	mão de obra visando melhores colocações no	de qualificação profissional do Pronatec Brasil sem						
I	mercado de trabalho	Miséria						
ro	Ampliação do apoio a cooperativas e	Aumento dos recursos disponíveis para as ações de						
	associações de economia solidária	fomento a projetos de economia popular e solidária						
	Melhoria do acesso a luz e água (semiárido)	1. Criação do Programa Água para Todos, reunindo						
		diferentes ações existentes no governo federal e						
ag		criando novos arranjos						
l j		2. Definição de meta específica de atendimento do						
a R		Luz para Todos para domicílios em situação de						
Inclusão Produtiva Rural		extrema pobreza						
du	Produção insuficiente gerando insegurança	1. Apoio à produção através da criação do Programa						
ro	alimentar e excedentes escassos para	de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Ater +						
) P	comercialização em função da falta de	recursos não reembolsáveis)						
São	assistência técnica adequada à realidade da	2. Distribuição de sementes adaptadas no semiárido						
l n	população rural pobre e da falta de insumos							
l n	para investimento na produção							
	Dificuldades de acesso aos canais de	Ampliação da participação dos agricultores mais						
	comercialização	pobres no PAA						
	Oferta insuficiente ou inadequada para atender	Expansão ou redirecionamento dos serviços						
0 a	aos mais pobres							
Acesso a serviços públicos	Atendimento inadequado à população mais	Sensibilização, mobilização e qualificação dos						
Ace ser	pobre (preconceito, desrespeito,	servidores						
7 55	constrangimentos)							
k	Easter Commelle a Malle							

Fonte: Campello e Mello, 2014, p. 62.

Figura 1 - Resumo de parte das estratégias e instrumentos referentes às ações do MDS no Plano Brasil sem Miséria.



Fonte: Campello e Mello, 2014, p. 41.

Conforme observa Costa et al (2014), os estados tem sido importantes para o Plano Brasil sem Miséria enquanto apoiadores dos municípios localizados em seu território, já que as políticas se dão no âmbito local, principalmente daqueles com maior incidência de extrema pobreza, recursos limitados e baixa capacidade de gestão. Em seus estudos (ver tabela de síntese no anexo), os autores demonstram que daquelas 22 milhões de pessoas que superaram a pobreza desde 2011 com o Brasil sem Miséria, 3,1 milhões foram da região Norte, 13,8 do Nordeste, 3,5 do Sudeste, 1 milhão do Sul e 0,7 do Centro-Oeste. Individualmente o estado que retirou mais pessoas da pobreza foi a Bahia (3,5 milhões, seguida do Maranhão 2,3 milhões, Ceará 2,1 milhões e Pernambuco 2 milhões). A busca ativa trouxe mais 1,3 milhões de pessoas para o programa. O Bolsa família (BF) em 2014 abrangia quase 14 milhões de pessoas, 52% do total no Nordeste, 23% no Sudeste, 14% no Norte, 6% no Sudeste e 5% no Sul. Em particular, o benefício para superação de extrema pobreza abrangia 5,3 milhões de pessoas em 2014, 59% no Nordeste.

Quanto aos eixos do Brasil sem Miséria para integração produtiva, no meio urbano de 2011 a 2014 cerca de 1,5 milhão de brasileiros participaram do PRONATEC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que oferece cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos em âmbito nacional - em parceria com as Redes Federais, estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica, com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e com as instituições privadas (MEC). O Nordeste recebeu 41% das bolsas, o Sudeste 21%, Sul 18%, Centro Oeste 11% e Norte 10%. Dentre os detentores do Bolsa Família, 400 mil eram microempreendedores em 2014, 38% e 06% no Nordeste e Sudeste, respectivamente. Na zona rural, quase 500 mil famílias foram atendidas com assistência técnica e extensão rural e outros fomentos, a maioria do Nordeste e Norte. O Programa Água para Todos até 2014 entregou 750 mil cisternas com água para consumo e 88 mil para a produção. E mais 267 mil famílias do BF foram contempladas pelo Programa Luz pra Todos.

E ainda, quanto ao acesso a serviços, na educação, os programas lançados no primeiro mandato de Dilma Rousseff, Mais Educação <sup>22</sup> e Brasil Carinhoso <sup>23</sup>, atingiram,

-

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (MEC)

respectivamente, 35 mil escolas e 467 mil crianças do Bolsa Família. O Programa Minha Casa, Minha Vida, iniciativa do Governo Federal de Lula em 2009, oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda e, em 2014, atingiu cerca de 388 mil famílias atendidas pelo BF, sendo a metade da região Nordeste.

Agora, para a questão da segurança alimentar e nutricional, como classifica FAO (2016), diversas ações foram realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), contando com as seguintes dimensões: identificação e registro, crédito e garantia de renda, pesquisa e extensão rural, cooperação e economia solidária, aquisição de alimentos desta agricultura, <sup>24</sup> alimentação escolar, cidadania e autonomia para as mulheres do campo, atenção especial ao semi-árido, agroecologia, etc. A atenção a esse tipo de agricultura é fundamental, já que de acordo com FAO (2014) correspondia a 70% dos alimentos consumidos no Brasil em 2014. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Os investimentos em políticas de apoio à agricultura familiar totalizaram US\$ 5,6 bilhões em 2013; sendo que o orçamento do crédito rural no PRONAF aumentou dez vezes desde 2003 (FAO, 2014). Cabe sublinhar ainda que, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fornece merendas gratuitas em escolas públicas, atendeu 43 milhões de crianças em 2012, o que equivaleu a US\$ 1,5 bilhão do orçamento federal. Estima-se que o impacto dessa política represente a redução de um terço do que a desnutrição no Brasil poderia ter sido na ausência dela (FAO, 2014). Desde 2009, o PNAE pratica uma política de compra das escolas públicas que exige que ao menos 30% de suas despesas de comida seja aplicada em compras diretas de agricultores familiares. Em 2012, 80% das escolas públicas adquiriam produtos diretamente de agricultores

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Voltado para a primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes e uma delas é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas. O apoio financeiro é devido aos municípios (e ao Distrito Federal) que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas de crianças de zero a 48 meses, membros de famílias beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. (MEC)

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> No Programa de Compra da Agricultura Familiar, lançado em 2003 como parte do Fome Zero, realiza-se compras de alimentos diretamente dos agricultores familiares para doá-los a instituições que servem populações vulneráveis, ou para usá-los para repor os estoques do governo. Em 2012, mais de 185000 agricultores brasileiros participaram no programa, de acordo com FAO (2014).

familiares, sendo que a metade tinha alcançado a meta de 30%. Ademais, ao longo dos últimos dez anos, o acesso à terra melhorou um pouco, com atribuição de 50 milhões de hectares a mais de 600.000 famílias pobres sem terra (FAO, 2014), embora o país tenha prescindido de uma reforma agrária substancial.

Ao trazer a segurança alimentar e nutritiva e a inclusão social ao centro da agenda, com o suporte da FAO, fortaleceram-se instituições que facilitam a cooperação e coordenação entre os diferentes ministérios e também níveis de governo, definindo responsabilidades como agricultura familiar e proteção social – além do maior engajamento da sociedade civil e das outras esferas da federação, por exemplo, através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. <sup>25</sup> Momento emblemático do esforço de fortalecimento das instituições de planejamento, implementação, monitoramento e governança das medidas de segurança alimentar e nutricional, a Lei n. 11.346 de 2006<sup>26</sup> criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e, em 2010, o direito humano de alimentação adequada foi incluído na Constituição do Brasil.<sup>27</sup>

Além das políticas específicas, o combate à fome e à pobreza contou também com um regime macroeconômico favorável ao emprego e aos rendimentos salariais, assentado em uma política oficial de valorização do salário mínimo (notadamente após 2007, por meio de decreto que se tornou lei em 2011). <sup>28</sup> Concomitantemente aos aumentos reais do salário

Monitorar a segurança alimentar e nutricional tem sido parte integrante da estratégia de combate à fome desde 2004. O CONSEA traçou mais de 50 indicadores dividido entre seis dimensões da segurança alimentar: (i) a produção de alimentos; (ii) disponibilidade de alimentos; (iii) condições de renda e de vida; (iv) o acesso a alimentos e água adequada; (v) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; e (vi) educação.

26 Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos)

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> O direito humano à alimentação adequada está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada em outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral nº 12 da ONU. No Brasil, resultante de amplo processo de mobilização social, em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal. (...) O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (CONSEA, 2016).

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Os aumentos reais do salário mínimo começaram a partir do Protocolo de Intenções de Valorização do Salário Mínimo, em acordo entre o poder Executivo e as Centrais Sindicais. O protocolo de intenções foi transformado

mínimo, elevaram-se a ocupação, a formalização, os rendimentos do trabalho e a massa salarial – como demonstram Silva & Reis (2015). Assim, de modo geral, o crescimento da economia desde 2004 até 2014 alavancou o mercado de trabalho e reduziu a dispersão relativa das rendas do trabalho, até alcançar as taxas mais baixas de desemprego da experiência democrática iniciada em 1985. Em especial, como Dedecca (2015) assinala, a partir de 2009 a redução da desigualdade de renda tem se dado principalmente em virtude do aumento de poder de compra das famílias de menor renda, ainda que, em termos absolutos, todos os extratos de renda apontem elevação relativa. A dinâmica positiva do emprego, notadamente a partir do segundo mandato de Lula, esteve associada com o novo fôlego do consumo e do investimento, alimentada também pelas políticas de inclusão social e por medidas expansionistas, tais como a ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os planos posteriores de alavancagem do investimento público e privado em infraestrutura, a expansão da Petrobras e de sua cadeia produtiva, além do rápido período de queda nas taxas de juros da economia (puxados pela taxa de referência Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), cuja queda se iniciou em agosto de 2011, partindo de 12% até atingir 7,25% em março de 2013, e voltar a crescer continuamente até 14% em 2015 (Silva & Reis, 2015).

Entretanto este padrão de crescimento encontrou seus limites, como demonstrado no outro capítulo deste livro por Schincariol & Reis (2016). A taxa de crescimento do PIB brasileiro de 2011 a 2015 foi declinante, até tornar-se negativo, graças a diferentes processos econômicos. Dentre os domésticos (para além da crise externa e reversão no preço das commodities - essencialmente do petróleo), a política econômica que combinou câmbio real valorizado; abertura ao capital internacional; queda do superávit primário, com queda da receita fiscal do governo central em termos do PIB (particularmente devido às desonerações) seguida por uma política monetária mais conservadora a partir de 2013 não encontrou motor autônomo de expansão. Apesar dos diversos investimentos em educação, ciência e tecnologia, e de alguns progressos pontuais, a matriz produtiva não se sofisticou ao longo dos anos 2000 e 2010 — ao contrário, o comportamento setorial da economia registrou uma progressiva queda da participação da indústria de transformação no PIB, dada em conjunto com um aumento relativo ao PIB das importações, particularmente de bens manufaturados. Na interpretação estruturalista pelo lado da demanda, tal como analisado também em outro capítulo desse livro (Cardoso, Barbosa e Reis, 2016), a mudança estrutural rumo a atividades

em um projeto de lei (PL  $n^{\circ}$  1/2007), transformado na lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011 (SILVA & REIS, 2015).

mais sofisticadas é condição para o desenvolvimento econômico, pois gera os mecanismos internos de sustentação do emprego, com elevação da produtividade e dos salários.

Assim, embora o Plano Brasil sem Miséria e as políticas sociais que o antecederam partissem da avaliação correta de que cabe ao Estado realizar políticas que produzam transformação estrutural das condições de vida da população extremamente pobre, não aprenderam com a própria lição histórica de que seria necessário um regime macroeconômico favorável para que se mantivessem. Mas se esse regime não fosse capaz de engendrar mecanismos de sofisticação da matriz produtiva, nada garantiria que a reversão do ciclo de crescimento do consumo e do investimento, em momentos de restrição de liquidez internacional, não comprometesse as próprias políticas sociais. Mais além, o regime macro expansionista com políticas sociais bem-sucedidas de redução da pobreza e da miséria não foram capazes, autonomamente, de gerar mecanismo de redistribuição que significativamente reduzissem as assimetrias de renda no Brasil, e também não contou com uma paralela elevação substancial da oferta e da qualidade de serviços públicos para atender às novas demandas de padrão de vida da população.<sup>29</sup> Infelizmente, é provável que a crise política e econômica que o país atravessa no segundo mandato de Dilma Rousseff redundará no curto prazo em reversão nas conquistas relativas à redução da pobreza e da fome, e também do emprego, já que o orçamento do governo está sendo cortado seguindo um viés conservador de política fiscal, ao mesmo tempo em que a economia não tem fôlego, já que não se sofisticou, para dinamizar o consumo e o investimento internos, deflagrando nova escalada do desemprego.

Desse modo, tendo o caso brasileiro como exemplo bem sucedido do cumprimento do ODM 1 - combatendo, por isso, uma das principais privações de capacitações a partir da concepção de Sen -, concluímos que esses são passos importantes, embora não suficientes para garantir e manter um a trajetória sustentada de desenvolvimento. No caso dos países periféricos, como o Brasil, o estabelecimento de uma macroestrutura - especialmente na

-

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> "[O] estado de desigualdade socioeconômica prevalecente historicamente no país não poderia conhecer uma alteração estrutural a partir de um crescimento de duração e intensidade limitadas, como o conhecido na década passada. A redução da desigualdade, enquanto um movimento inicial de um longo processo de transformação, foi o que o país conseguiu no período recente, resultado limitado porém importante, quando se considera o quadro de deterioração das condições sociais vivido nas duas últimas décadas do século passado e a não melhoria de tais condições durante o longo ciclo de crescimento de 1930 a 1980. Percebe-se, portanto, as restrições que a queda da desigualdade ocorrida carrega para sua continuidade ao longo da segunda década do século XXI. De um lado, porque os fatores que favoreceram o processo se mostram esgotados ou limitados para produzirem uma alteração estrutural da desigualdade de renda corrente ao longo da década de 2010. De outro lado, porque demanda a ativação do investimento em diversas políticas públicas sociais e de infraestrutura, o qual exige uma ampliação significativa do financiamento público que somente será possível se ocorrer um crescimento acelerado, se possível, com mudança do sistema tributário" (Dedecca, 2015, p. ??).

direção da construção de um Estado de Bem Estar Social - e a conjugação de políticas macroeconômicas favoráveis à geração de emprego são cruciais para incrementar a possibilidade de observância de impactos perenes e profundos sobre a melhora no padrão de vida, especialmente dos mais pobres.

## Conclusões

A abordagem da capacitação de Sen propõe-se a contribuir para o desenvolvimento dos países pobres — notadamente os africanos — apresentando soluções muitas vezes polêmicas e contrárias ao discurso popularmente conhecido como "neoliberal" e meritocrático. Questiona a faculdade dos mercados em promover o desenvolvimento dos países pobres, apontam que a globalização possui suas desvantagens e que o problema da pobreza vai muito além de reformas econômicas e institucionais, propondo aumento geral das condições de vida dos pobres, doações financeiras em massa, cancelamento de dívida externa e até mesmo intervenção militar. A despeito de a intenção parecer nobre, a teoria apresentada nesse tipo de abordagem é, em alguma medida, pobre. Pobre por não ter um referencial teórico suficientemente coeso, por beber de várias fontes muitas vezes contraditórias e, devido ao fato de partir de algumas premissas equivocadas para a análise do mundo real, por gerar algumas conclusões igualmente equivocadas - e até mesmo potencialmente perigosas.

Certamente "Desenvolvimento como liberdade" é uma contribuição preciosa à discussão sobre o desenvolvimento, especialmente na medida em que joga luz sobre a limitação da visão puramente economicista, a partir da qual a questão da renda seria suficiente para determinar melhores condições de vida. Porém, de modo geral a abordagem de Sen é claramente pautada por uma visão racionalista do comportamento humano, ainda que crítica ao utilitarismo<sup>30</sup> comum do pensamento neoliberal. As críticas mais gerais ao trabalho de Amartya Sen seriam o sobrepeso ao individualismo metodológico e a falta de uma análise dinâmica e integrada das estruturas econômicas e relações sociais nelas imbricadas — levando a uma subsequente retirada da política macroeconômica e das relações de interesse dos capitais e dos Estados no campo da economia política internacional.

Considerada criticamente à luz da economia política clássica e da abordagem estruturalista latino-americana, nota-se que aquela abordagem não se funda nas relações de

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Em primeiro lugar, Sen não aprova o conceito utilitário de bem-estar porque não considera liberdades e direitos. Sendo o bem-estar mental, parece-lhe absurdo comparar utilidades. Em segundo lugar, a avaliação utilitária é consequencialista, ou seja, as escolhas são feitas conforme os resultados esperados. Contudo, como Sen critica, não se sabe as consequências de um fato *a priori* em muitas ocasiões. Além disso, essa racionalidade é de natureza egoísta e a utilidade agregada desconsidera aspectos distributivos.

interdependência mútua entre estrutura econômica, instituições e distribuição de renda. Na visão aqui defendida, "o nível do emprego desempenha papel importante tanto sobre a pobreza quanto sobre a distribuição", assumindo "que a renda de um indivíduo/ domicílio reflete a posição econômica relativa de sua classe social e a distribuição de renda nacional é moldada pelas diferenças relativas de posição econômica das classes sociais e seus pesos na estrutura ocupacional" (MEDEIROS, 2007, p. 1). Dito de outro modo, a abordagem de expansão das liberdades de Sen como geradora de desenvolvimento não seria sustentável sem que haja uma macroestrutura que a impulsione.

Assim, como visto nas seções 1 e 2 do artigo, a consecução dos ODM – inspirados na abordagem das capacitações – foi limitada, tanto por conta da falta da dimensão estrutural quanto por causa das críticas internas levantadas. Tanto é que em 2012 na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, os ODM começaram a ser revisados para que em 2015 passassem a adotar uma perspectiva mais ampla de sustentabilidade, por meio de ações focadas e coerentes para 2030. A partir de então, reconheceu-se que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global. Porém ainda assim os objetivos não resolvem o problema mais elementar, que se traduz somente em uma meta pouco enfatizada – porque não alcançou sucesso – que é a da geração do emprego.

Nesse sentido, o atingimento do ODM 1 no Brasil se deveu não somente às políticas focadas no pobre, mas também à toda uma dinâmica de geração de renda e emprego de 2004 a 2014. Essa combinação possibilitou a retirada de 36 milhões de pessoas da pobreza extrema, com efeitos simétricos em todos os Estados da Federação, contudo não conduziu a uma redistribuição significativa da renda e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico sustentável. Isso porque as políticas não engendraram mudanças estruturais no sentido da sofisticação produtiva e comercial, o que torna as conquistas mais vulneráveis ao ciclo macroeconômico.

Por outro lado, não há como se pensar em desenvolvimento sem que os agentes sociais tomem partido do processo e exerçam, de fato, a sua condição de agente - algo especialmente potencializado pelo avanço em suas capacitações, tal como propõe Sen. Nesse sentido, para que se efetive, o desenvolvimento deve ser coletivamente construído e socialmente sustentado e, ademais, não pode ser decolado da realidade histórica, social e cultural a que se refere.

# REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S. *Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts.* In: United Nations Development Programme, Human Development Research Paper, 2010.
- CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira (orgs). *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS, 2014.
- CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. "O processo de formulação e os desafios do plano brasil sem miséria: por um país rico e com oportunidades para todos". In CAMPELLO, Tereza et all (orgs) *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS, 2014.
- CESARATTO, Sergio e SERRANO, Franklin. "As Leis de Rendimento nas Teorias Neoclassicas do Crescimento: Uma Crítica Sraffiana". *Ensaios FEE*, v. 23, n. 2, 2002.
- CARDOSO, Fernada G.; BARBOSA, Muryatan; REIS, Cristina F. B. O desenvolvimento em construção: uma reflexão epistemológica e propositiva a partir do pensamento do Sul, 2016. mimeo
- CHANG, H-J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHANG, H-J. "Hamlet without the prince of Denmark: how development has disappeared from today's 'development' discourse". In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (eds.) Towards new developmentalism: market as means rather than master. Abingdon: Routledge, 2009.
- CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Presidência da República, Disponével em: <a href="http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar">http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar</a> > Acesso em 15/03/2016.
- COSTA, Patricia Vieira; OLIVEIRA, Luciana Alves; SOUSA, Marconi Fernandes de; NAKASHIMA, Caio. "A articulação federativa no Plano Brasil sem Miséria". In CAMPELLO, Tereza et all (orgs) *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS, 2014.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. "A redução da desigualdade e seus desafios". *Texto para discussão* 2031, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2015.
- FAO Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The state of food insecurity* in the world 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma: FAO, 2014.
- \_\_\_\_\_. Superación del hambre y de la pobreza rural iniciativas brasileñas. Brasília: FAO, 2016.

- FUKUDA-PARR, S. *Are the MDGs priority in development strategies and aid programmes?*Only few are!, Working Paper, International Poverty Centre, No. 48, 2008. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/10419/71829">http://hdl.handle.net/10419/71829</a>
- \_\_\_\_\_. Should Global Goal Setting Continue, and How, in the Post-2015 Era? United Nations Department of Economic and Social Affairs. Working Paper No 117, 2012.
- MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. Campinas: Economia e Sociedade, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, 2008.
- MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo do Brasil. Disponível em: <a href="http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa">http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa</a>, acesso em 15/03/2016.
- MDS Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Governo do Brasil. Disponível em: <a href="http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional">http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional</a>, acesso em 15/03/2016.
- MEC Ministério da Educação. Governo do Brasil. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/pronatec/cursos-pronatec">http://portal.mec.gov.br/pronatec/cursos-pronatec</a>, acesso em 15/03/2016.
- MEDEIROS, Carlos. Padrões de crescimento, distribuição de renda e pobreza: lições da experiência da América Latina. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.), *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.
- ODÉN, B. *Review Essay: The UN and Development: From Aid to Cooperation*. In: Forum for Development Studies. Vol. 37, No. 2, pp. 269–279, 2010.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Banco de dados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <a href="http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx">http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx</a>
- ONU Organização das Nações Unidas. *The Millenium Development Goals Report*, 2015.

  Disponível em, acesso em: 2016-03-10
  - <a href="http://www.un.org/millenniumgoals/2015\_MDG\_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20">http://www.un.org/millenniumgoals/2015\_MDG\_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20</a> (July%201).pdf>
- \_\_\_\_\_\_. Basic facts about the United Nations. New York: Department of Public Information.

- \_\_\_\_\_. Declaração do Milênio das Nações Unidas. New York: The General Assembly, 2010.
- \_\_\_\_\_\_. *Millennium Development Goals Database, MDG Country Progress Snapshot:*\*\*Brazil, 2015. Disponível em: <a href="http://www.un.org/millenniumgoals/">http://www.un.org/millenniumgoals/</a> Acesso: 2016-03-10.
- PINHEIRO, S. As Liberdades Humanas como Bases do Desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- PORTAL ODM Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. FIEP, SESI, SENAI, IEL. Relatórios dinâmicos, monitoramento de indicadores por Estados 2015. Disponível em <a href="http://www.portalodm.com.br/">http://www.portalodm.com.br/</a> Acesso: 2016-03-10.
- PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. New York: Oxford University Press, 2001.
- PNUD Brasil. Banco de Dados. Disponível em < <a href="http://www.pnud.org.br/ODM.aspx">http://www.pnud.org.br/ODM.aspx</a> Acesso em: 2015-11-20.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei 11346 de 15 de setembro de 2006. Disponível em, acesso em 20/03/2016: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.
- REIS, C. F. B. "A pobreza do atual debate sobre pobreza: Sen, Sachs e Collier". Informações FIPE, n. 369, jun. 2011.
- REZENDE, M.J. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social. Convergência, v.14 (43), p. 169-209, 2007.
- SCHINCARIOL, Vitor; REIS, Cristina. F. B. Política econômica e desempenho macroeconômico no Brasil, 2011-2014, 2016. mimeo
- SEN, A. *Development as capability expansion*. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K. Shiva (Ed.). Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm. New Delhi: Oxford University Press, 2003. p. 3-16
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, V. S.; REIS, C. F. B. (2015) "Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da Economia Política". In: *XVI Encontro Nacional da ABET*, Campinas, 2015.
- STOKKE, O. *The UN and Development: From Aid to Cooperation*, Bloomington, IN: Indiana. University Press, 2009.
- UNIVERSIDADE DE HARVARD. *Amartya Sen.* Disponível em: http://www.economics.harvard.edu/faculty/sen. Acesso em: 2016/ 10/ 03.

Anexo - Principais resultados do Plano Brasil sem Miséria por estado. Fonte: Costa et al, 2014, pp. 202-205.

		Allexo	Garantia de renda						iscria po	cstauo.		o produt		14, pp.	202-20.	<i>.</i>	Acesso a serviços				
	<del>                                     </del>	Busca		Garan Pol	ua de reno sa Família	ud			Urbana		merusa	Rural	ıva	Água pr	a Todos	Luz p/	Educ	cação	Assist		MCMV
		Ativa		DUIS	sa raiiiiia				Ul Dalla			Kulai		Agua pr	a rouos		Todos		SOC		MICIVIV
	Pessoas que superaram a extrema pobr <i>eza</i> com o Bolsa Família no Brasil sem miséria	Novas famílias extremamente pobres cadastradas e recebendo Bolsa Família (jun/11 a	Famílias atendidas no Bolsa Família out/14)	Valor total pago pelo Bolsa Família (R\$) (out/14)	Benefício Variável Gestante (total de benefícios) (out/14)	Benefício Variável Nutriz (total de benefícios) (out/14)	Benefício Superação da Extrema Pobreza (total benefícios)(out/14)	Pronatec (total de matrículas) (30/out/14)	Crescer (total de doperações com pessoas do Bolsa Família) (set/11 a ago/14)	Microempreendedor Individual (total de microempreend. do Bolsa Família) (abr/14)	Bolsa Verde (famílias atendidas)(out/11 a out/14)	Assistência Técnica e Extensão Rural (famílias com ATER garantida)	Fomento (famílias atendidas) (jan/12 a out/14)	Cisternas entregues- água para consumo (até jut/14)	Cisternas entregues- água para produção (até out/14)	Famílias beneficiárias do BF atendidas (ago 10 - set 14)	Mais Educação (escolas com maioria de alunos do BF aderiram em 2014)	Brasil Carinhoso (total de crianças do BF em creches em 2013) (parcial em 01/ set/14)	Equipes volantes para CRAS (2011- out/14)	centros atendimento a pessoas de rua) (2012/3)	Total de famílias do BF atendidas (Faixa 1, jul/14)
RO	171.594	12.092	115.195	18.118.137	1.604	2.217	27.185	26.620	4.627	2.990	139	6.667	2.701	0	0	4.848	183	1.791	21	2	4.607
AC	165.472	7.522	78.679	18.659.389	1.564	2.281	43.018	25.125	5.407	2.527	2.029	6.567	592	0	0	2.573	283	1.987	13	1	2.035
AM	739.037	40.178	360.162	73.871.796	8.027	8.673	162.939	23.637	12.005	9.745	6.404	10.028	0	0	0	19.415	876	4.063	50	2	9.523
RR	92.104	3.417	48.232	9.175.645	632	607	19.553	15.262	2.347	1.710	4	2.030	0	0	0	1.231	140	498	14	1	2.607
PA	1.593.278	112.942	888.083	167.260.220	16.662	16.850	375.496	25.020	44.528	16.126	43.015	27.651	6.167	0	0	27.800	3.437	8.398	85	7	22.534
AP	107.405	4.544	55.519	11.218.086	887	1.028	20.574	15.354	2.734	1.127	1.070	1.137	0	0	0	163	185	632	6	2	1.471
TO	210.152	13.418	139.940	24.497.532	3.278	3.596	50.844	24.240	6.575	5.120	1.801	5.100	3.643	0	0	7.964	545	8.733	39	2	9.143
N	3.079.042	194.113	1.685.810	322.800.805	32.654	35.252	699.609	155.258	78.223	39.345	54.462	59.180	13.103	0	0	63.994	5.649	26.102	228	17	51.920
MA	2.280.402	59.662	988.011	191.655.080	15.990	20.885	520.183	67.326	290.492	11.758	2.020	25.340	13.377	5.225	0	30.756	4.233	23.086	114	10	30.964
PI	1.048.101	24.099	458.157	87.078.345	7.866	8.679	271.690	38.341	349.554	7.363	523	12.080	10.581	29.540	4.831	24.837	1.816	13.167	106	2	20.443
CE	2.125.382	81.274	1.094.803	184.892.833	22.630	21.300	451.773	87.907	1.127.481	27.131	148	39.640	31.237	183.933	13.135	6.687	3.472	44.889	52	11	15.850
RN	620.221	24.070	364.480	60.966.612	7.011	7.033	144.760	84.140	161.392	9.311	3	5.974	4.228	28.910	6.374	3.294	1.329	16.458	10	4	13.480
PB	980.821	31.803	527.081	94.003.963	8.214	13.482	261.696	42.922	286.304	11.987	768	17.630	7.755	40.864	4.236	1.070	1.730	9.249	6	6	13.425
PE	2.012.019	59.000	1.154.718	190.570.038	14.693	22.399	446.270	93.224	232.142	23.653	339	23.112	15.551	107.071	19.578	30.697	3.023	14.859	30	14	21.035
AL	811.486	31.450	441.684	76.147.730	6.598	8.684	173.515	46.346	182.949	11.759	1.469	9.824	1.280	43.738	4.271	5.584	1.128	8.066	0	4	15.771
SE	434.664	18.588	281.993	45.282.715	4.654	6.422	95.384	37.000	146.094	5.482	97	10.875	3.650	11.309	1.213	4.196	821	3.152	0	2	9.962
BA	3.499.867	127.056	1.815.663	309.050.118	28.303	36.458	793.361	116.569	400.520	46.627	6.206	49.869	12.033	224.382	30.023	68.374	6.111	34.634	177	21	60.553
NE	13.812.963	457.002	7.126.590	1.239.647.434	115.959	145.342	3.158.632	613.775	3.176.928	155.071	11.573	194.344	99.692	674.972	83.661	175.495	23.663	167.560	495	74	201.483
MG	1.391.286	103.610	1.147.221	181.339.206	20.695	26.737	325.443	152.372	137.248	39.034	2.147	10.094	5.773	75.593	4.449	10.993	2.122	47.499	183	31	33.335
ES	174.702	21.830	190.326	28.687.817	3.757	4.376	42.334	35.579	10.768	8.707	65	0	57	0	0	388	284	13.057	4	7	2.950
RJ	932.257	136.478	829.246	134.279.313	12.910	14.878	289.606	34.861	41.923	41.467	37	96	0	0	0	180	1.054	29.351	5	30	12.251
SP	1.046.377	238.551	1.270.203	198.062.636	30.947	27.811	380.361	88.325	57.848	54.928	17	673	460	0	0	1.209	344	93.241	32	70	22.930
SE	3.544.622	500.469	3.436.996	542.368.972	68.309	73.802	1.037.744	311.137	247.787	144.136	2.266	10.863	6.290	75.593	4.449	12.770	3.804	183.148	224	138	71.466
PR	368.981	44.051	405.905	59.800.576	9.654	10.325	79.977	38.758	12.930	13.552	542	2.572	1.209	0	0	7.860	470	27.035	47	22	15.996
SC	131.898	18.811	135.817	21.344.897	2.917	3.349	31.998	70.014	7.944	5.139	2	778	125	0	0	244	87	11.525	8	13	4.969
RS	526.128	54.689	435.103	68.201.462	9.550	9.943	130.265	160.719	21.958	17.832	0	8.579	10.435	0	0	1.303	916	19.141	51	18	14.403
S	1.027.007	117.551	976.825	149.346.935	22.121	23.617	242.240	269.491	42.832	36.523	544	11.929	11.769	0	0	9.407	1.473	57.701	106	53	35.368
MS	151.139	19.536	146.103	23.893.728	2.836	3.987	44.567	32.909	4.789	5.061	1	1.644	1	0	0	1.486	86	9.192	34	5	5.099
MT	164.304	22.640	186.579	29.645.295	3.738	4.805	47.659	58.368	8.619	6.987	1	3.800	0	0	0	2.580	322	10.341	67	4	9.242
GO	301.770	31.541	336.764	51.959.038	5.507	7.676	75.248	64.682	15.261	13.165	963	3.915	27	0	0	1.485	674	10.957	102	7	12.915
DF	87.622	11.096	86.369	12.622.220	1.392	1.143	18.209	6.381	9.246	5.595	15	606	456	0	0	0	23	1.976	0	4	440
CO	704.835	84.813	755.815	118.120.281	13.473	17.611	185.683	162.340	37.915	30.808	980	9.965	484	0	0	5.551	1.105	32.466	203	20	27.696
BR	22.168.469	1.353.948	13.982.036	2.372.284.427	252.516	295.624	5.323.908	1.512.001	3.583.685	405.883	69.825	286.281	131.338	750.565	88.110	267.217	35.694	466.977	1.256	302	387.933